



IV Legislatura
I Sessão legislativa

Número: 4
12 de Dezembro de 1988

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputado Jorge Cabral (substituído durante a Sessão pelo Deputado David Santos) e Manuel Goulart

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15,00 horas.

No **Período da Ordem do Dia** deu-se início à **apreciação do Programa do IV Governo Regional dos Açores**, o qual foi apresentado pelo Sr. Presidente do Governo, Dr. Mota Amaral.

Para pedir esclarecimentos subsequentes à apresentação do citado Programa, intervieram os seguintes Deputados: Paulo Valadão (PCP), Alvarino Pinheiro (CDS), Rui Meireles (CDS), Dionísio Sousa (PS), Jorge Cabral (PSD), Henrique Aguiar (PSD), José Carlos Simas (PSD), Manuel Valadão (PSD), Regina Cunha (PSD), José Aguiar (PSD), Alvaro Pacheco (PSD), Adelaide Teles (PSD), António Varão (PSD), António Gaspar da Silva (PSD), Artur Martins (PSD), Melo Alves (PSD), Rui Melo (PSD), Carlos Teixeira (PSD), Francisco José Silva (PSD), Victor Cruz (PSD), António Silveira (PSD) e Victor Evaristo (PSD).

Para prestarem os esclarecimentos solicitados anteriormente pelos Srs. Deputados, usaram da palavra os seguintes Membros do Governo: Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, Dr. António Menezes; Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos, Dr. Manuel Arruda; Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Dr. Adolfo Lima; Secretário Regional da Educação e Cultura, Dr. António Azevedo Rosa; Secretário Regional do Turismo e Ambiente, Dr. Eugénio Leal; Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Sr. Natalino Viveiros; Secretário Regional da Administração Interna, Dr. Costa Neves; Subsecretário Regional da Comunicação Social, Dr. Joaquim Machado; Secretário Regional da Economia, Dr. Alvaro Dâmaso; Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Dr. Gualter Furtado e ainda o Sr. Presidente do Governo, Dr. Mota Amaral.

Findo este período, e tendo o Sr. Presidente declarado abertos os debates, intervieram os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Rui Melo (PSD), Francisco Sousa (PS) e Jorge Cabral (PSD).

Em virtude de se ter chegado à hora regimental, a continuação dos debates ficou agendada para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 20,00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 15,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Alvaro Pacheco, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Francisco José Silva, Henrique Oliveira Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Madrugada da Costa, Manuel Valadão, Tomaz Duarte, Melo Alves, Regina Cunha, Reis Leite, Renato Moura, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, António Cordeiro, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, João Sousa Braga, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Carlos Pinto, Renato Leal, Ricardo Barros, Rogério Serpa; **CDS** - Alvarino Pinheiro, Rui Meireles; **PCP** - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 47 Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Não vai haver período de Antes da Ordem do Dia, mas é necessário anunciar que, tendo pedido a suspensão do seu mandato o Sr. Deputado Fernando Faria, do PSD, e o Sr. Deputado Carlos César, do PS, a Comissão de Organização e Legislação verificou os poderes dos Srs. Deputados que se seguiam na lista e, por unanimidade, decidiu que quem devia substituir o Sr. Deputado Fernando Faria era o Sr. José da Terra Carlos e quem devia substituir o Sr. Deputado Carlos César era o Sr. Victor Manuel Frazão Ramos.

Assim, se estes Srs. Deputados estão presentes, convido-os a tomarem os seus lugares nas respectivas bancadas.

Srs. Deputados, vamos iniciar o **Período da Ordem do Dia com a apreciação do Programa do Governo.**

Gostaria de dizer que a Mesa, tendo reunido com os Presidentes dos Grupos Parlamentares e com o Representante do PCP, decidiu que se seguiria a disciplina constante da Resolução 8/80, tendo em consideração que, por imperativo do novo Estatuto da Região Autónoma dos Açores, o período deixa de ser de 48 horas, como estava previsto, podendo ser até de 5 dias.

Os períodos de tempo atribuídos a cada partido e ao Governo passam a ser os seguintes:

PCP - 1 hora

CDS - 2 horas

PS - 4 horas

PSD - 4 horas

Governo - 4 horas

Assim sendo, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional para apresentar o seu Programa.

ma.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais, Srs. Deputados:

Para obter a investidura parlamentar, conforme exigem a Constituição e o Estatuto, o Governo apresenta à Assembleia Regional o seu Programa.

Recebemos do Povo Açoriano, em eleições livres, um mandato para governar os Açores por mais quatro anos.

Aqui está, no nosso Programa, o que nos propomos fazer.

Queremos trabalhar, tranquilamente, para servir os interesses da nossa Região, que têm evidente projecção nacional.

No diálogo, para o exterior e internamente, garantiremos a estabilidade e a paz social.

O Programa do Governo é, ao mesmo tempo, realista e arrojado.

Conhecemos bem a Região, as suas necessidades, os seus problemas, os seus recursos e limitações; conhecemos também o quadro político-institucional em que nos podemos mover, o qual, nos últimos tempos, tem sido, como todos sabem, recortado.

Queremos concentrar todas as nossas energias em acelerar o desenvolvimento dos Açores e do Povo Açoriano.

Há nisto uma exigência de justiça: temos direito a subir, para nos aproximarmos dos níveis médios do nosso País e também da Comunidade Europeia, na qual nos inserimos.

Para ultrapassar o fosso existente, é preciso andar mais depressa do que os outros, que estão à nossa frente. E não é apenas a questão de 1992 e do grande mercado **interior** que está em causa: factos assentíssemos também devem ser considerados.

Com as novas perspectivas de desarmamento e cooperação na Europa, é previsível que o final dos séculos seja marcado por uma aceleração do ritmo do progresso material nos países da C.E.E..

Razoavelmente contamos com uma resposta de apoio e solidariedade fraterna. Somos uma região europeia e, para nós, tem de haver uma resposta também europeia. Não podemos ser olhados no âmbito da Comunidade como se parte terceira fossemos, e se a Comunidade Europeia (e muito bem) desenvolve programas de apoio ao desenvolvimento relativamente a regiões e a países do terceiro mundo, por maioria de razão tem de atrelar ao seu comboio de progresso tão veloz aquelas regiões mais longínquas que fazem parte integrante do seu território.

Para isso temos procurado constituir uma frente de regiões insulares europeias, com problemas de desenvolvimento peculiares.

Tem sido possível vir, assim, a criar uma doutrina europeia sobre os problemas insulares e esboçar, decidir, uma política europeia para as ilhas, que reconhece o seu valor, a sua aportação positiva para a realidade da Europa e, ao

mesmo tempo, se debruça sobre as suas específicas necessidades.

Há acções em curso, determinadas pelos mais altos responsáveis da Comunidade, que visam reforçar a aplicação dos mecanismos existentes para corrigir as desigualdades de desenvolvimento entre as regiões da C.E.E..

O Conselho Europeu, reunido em Rodes, no começo deste mês, pela primeira vez se refere expressamente às ilhas e dá cobertura e incentivo às acções que referi. Este é, na altura da arrancada do nosso quadriénio até 1992, um motivo de regozijo e de esperança!

O Programa do Governo não é um enunciado de medidas avulsas, desgarradas.

É um todo coerente, que decorre de uma visão global sobre os Açores, e exprime um projecto açoriano.

As nossas propostas programáticas decorrem também da doutrina humanista que enforma a social democracia.

Recordo conceitos fundamentais, bem sabidos de todos, mas que, nesta altura, convém avivar.

Para nós, a sociedade existe para o Homem e não o Homem para a sociedade. O totalitarismo é que afirma isto. É por isso que nós discordamos e o rejeitamos.

A pessoa humana, com a sua eminente dignidade, tem de estar no centro de todo o processo de desenvolvimento. Desenvolvimento que não promove o homem, não é desenvolvimento: não se trata apenas de uma síntese famosa de **ter** mais, mas de **ser** mais.

Daqui deriva já, em considerações bem concretas, a prioridade que o Programa do Governo dá à educação.

Garantida a escolaridade obrigatória de nove anos, vamos agora avançar para o ensino pré-primário, para um secundário profissionalizante, para um apoio decidido à Universidade dos Açores, como peça-chave do processo de desenvolvimento do Arquipélago.

Preocupar-nos-á, prioritariamente, a questão do sucesso escolar. Nela se encontram, de resto, envolvidas questões extremamente delicadas e importantes, como sejam, a igualdade de oportunidades. Precisamos de ter em conta o desnível existente entre muitas famílias da nossa Região e temos de o compensar em termos de solidariedade social.

O Governo está disposto a ampliar programas de apoio social, que têm vindo a ser executados, em alguns âmbitos, por determinação e por sugestão de mim próprio, em funções de responsabilidade e em todos os executivos. É assim que combatemos, a longo prazo, as próprias causas da pobreza.

As mesmas concepções humanistas estão na base do relevo dado à melhoria dos serviços de saúde e à segurança social.

O objectivo desse domínio é libertar o homem da necessidade. Mas não de qualquer maneira! Não por processos que reduzem a sua responsabilidade e afinal se revelam alienantes! Trata-se de envolver cada cidadão e cada família responsávelmente, desde logo, na prevenção da doença e também na resolução das outras situações de carência.

Este conceito é fundamental no que diz respeito à protecção e apoio aos idosos. Este é um problema que na nossa região, tal como acontece, até com muito mais gravidade, noutros países da área em que nos inserimos, assume cada vez mais importância e necessita de respostas decididas e bem determinadas.

É preciso envolver também os cidadãos nos custos da saúde e da segurança social.

Só assim é possível assegurar responsabilidade, por um lado, e também qualidade em matéria tão sensível.

O Programa do Governo dá especial prioridade ao problema da habitação.

É um problema muito grave. Na nossa Região há custos de construção altíssimos; os reflexos das carências e das insuficiências habitacionais são profundíssimos e têm projecção em variados âmbitos de importância social que, em boa parte, estão na origem de problemas de ordem familiar e da delinquência juvenil.

Preconizamos, para os problemas da habitação, também soluções humanistas, que facilitem o acesso à propriedade.

Entende o Governo que é preferível reforçar os programas de autoconstrução e de recuperação da habitação degradada, em vez de embarcar facilmente nas soluções alienantes do tipo "bairros sociais", que devem ser apenas um recurso derradeiro.

O Governo procurará soluções especiais para os jovens casais, pois a carência da habitação é decerto um dos mais graves problemas que enfrenta a Juventude Açoriana.

Para ela destina o Governo um departamento novo que, em diálogo social aberto, vai promover uma política de juventude integrada e, portanto, interdepartamental, envolvendo com empenho todo o Governo.

Assim, construiremos o futuro dos Açores!

Para a arrancada económica que se necessita, o Programa do Governo faz apelo decisivo à iniciativa privada. Os empresários têm de assumir as suas responsabilidades, tal como os trabalhadores e as respectivas organizações representativas de uns e de outros.

O Governo entende necessário apoiar decididamente a preparação e o lançamento de empresários para todos os sectores. Neste domínio é preciso investir, com a mesma largueza de horizontes como se tem investido na preparação de especia-

listas para outras áreas da sociedade açoriana.

O progresso exige abertura ao exterior. Vamos realizá-la, repensando, designadamente, a política de transportes. Mas, por isso mesmo, mais se exige uma nova geração de empresários açorianos, que dê consistência ao projecto de desenvolvimento da Região enquanto tal, sem perder a sua identidade e personalidade.

O Governo lutará contra a inflação com todos os meios ao seu dispor. Neste domínio movem-nos preocupações de índole social, de solidariedade, humanistas também como em todos os outros: os consumidores têm de ser defendidos. Aumentar a riqueza tem de ser realizado com justiça e através dos preços se realiza, em boa parte, este objectivo.

O Governo aposta no funcionamento do Conselho Regional de Concertação Social, como instrumento importante para se alcançarem estes objectivos de dinamização económica e também de estabilidade de preços de luta contra a inflação.

O Governo inclui no seu Programa propostas para incentivar o investimento em todos os sectores da economia. Apoiaremos o investimento privado, sempre tendo em mira o acesso à propriedade. Não queremos, de forma alguma, que a sociedade açoriana seja absorvida pela iniciativa e pela responsabilização do Estado, reconhecendo o seu importante papel de árbitro e também de elemento moderador e equilibrador no processo de desenvolvimento.

Queremos, como já disse acima, desafiar a iniciativa privada para essa nova arrancada, para esse salto qualitativo que se torna necessário.

Entendemos o acesso à propriedade como uma afirmação da dignidade da pessoa humana, como uma garantia da sua liberdade. As privatizações situar-se-ão também nesta mesma linha de objectivos.

No domínio da agricultura o Governo promoverá a sua modernização. Temos nesta matéria potencialidades inequívocas. É preciso valorizá-las cada vez mais.

As dificuldades dos últimos tempos derivam das modificações estruturais necessárias, que todos reconhecem, decerto, como inevitáveis. Mas, para além disso, tem havido também dificuldades que derivam de determinadas experiências negativas de articulação no contexto nacional, que levantam problemas com especial acuidade, extremamente sensíveis, no domínio da agropecuária: a produção de leite, de lacticínios e de carne.

Estes últimos dois anos foram marcados de forma extremamente negativa por estas experiências, por estas desarticulações, por estas tentativas de ataque a um sector básico da nossa economia, as quais, com firmeza, devem continuar a ser denunciadas, repudiadas, combatidas.

No contexto europeu, o Governo defenderá regras

próprias para o nosso sector agrícola. Não é possível numa economia com a dimensão e a fragilidade da nossa, aplicar linhas de rumo que foram pensadas e definidas para grandes espaços, com outras possibilidades de desenvolvimento e de reconversão económica.

As regras que nós preconizamos são razoáveis, justas e, numa perspectiva europeia solidária, são perfeitamente alcançáveis. A nossa dimensão para o conjunto europeu é tão modesta que pode perfeitamente, e com toda a justiça, ser atendida.

As Pescas constituem uma nova fronteira de desenvolvimento dos Açores. Precisamos de executar, nesse domínio, um programa de valorização dos pescadores e sua ascensão a verdadeiros empresários.

A Indústria é olhada no Programa do Governo como um elemento decisivo de progresso, de criação de empregos numa sociedade açoriana rejuvenescida. Impõe-se viabilizar as indústrias existentes, lançar outras novas, aproveitando experiências bem sucedidas. Temos de olhar com atenção especial a construção civil, um sector industrial de grande importância em termos de emprego e em termos também de solidez e de progresso a longo prazo da economia e da sociedade açoriana, porque por ela se garante o equipamento do nosso meio e, assim, a própria qualidade de vida.

Enfrentam-se, no domínio da construção civil, neste momento, sérias dificuldades, que derivam de restrições ao crédito, ditadas por considerações de âmbito nacional, de forma alguma enquadráveis nas nossas necessidades próprias. É preciso também, neste domínio, que os responsáveis nacionais compreendam as nossas características e condições específicas.

O Turismo será para o Governo uma grande aposta. Através do desenvolvimento turístico alargaremos o nosso mercado interno e iremos criar muitos postos de trabalho. Orientar-nos-emos, neste domínio, para uma ligação efectiva às Comunidades Açorianas e também aos mercados europeu e americano.

O Governo propõe-se neste mandato incentivar a prestação de serviços para o exterior a partir da sua situação geográfica.

Estaremos, assim, a fazer uma verdadeira reconversão do valor estratégico dos Açores, num Mundo que - ardentemente o desejamos todos, decerto! - se encaminha para a Paz.

Têm os Açores uma posição central entre os dois colossos económicos do nosso hemisfério: a Europa (que se alarga progressivamente, segundo tudo indica, para além dos "doze" que neste momento formam a Comunidade Europeia) e a América do Norte (com os Estados Unidos e o Canadá envolvidos num intenso processo de integração económica).

A partir daqui podemos também abrir para o

Brasil, onde há tantos Açorianos.

Valorizar o papel das Comunidades Açorianas na abertura da Região para o exterior, do ponto de vista económico e político, é também prioridade para que aponte o Programa do Governo.

Estamos cada vez mais próximos e solidários,

É a hora de fortalecer formas concretas de cooperação, de interesse mútuo.

Os caminhos estão abertos. É preciso seguir por eles. Daí é que nós teremos uma base sólida para partirmos na promoção do investimento externo na Região.

Não nos faltam atractivos concretos para motivar o investimento externo na Região. O conjunto deles é significativo: a Zona Franca, para a qual haverá que obter a instalação de actividades financeiras "off-shore"; o Porto da Praia da Vitória com a sua enorme área circundante; o Parque Industrial da Ribeira Grande acessível pelo porto e aeroporto de Ponta Delgada; a Geotermia, importantíssimo recurso natural, factor de renovação energética e, ainda por cima, não poluente.

Tudo isto são elementos que o Governo terá como decisivos na sua tarefa de promover o investimento externo na Região e, por via dele, a criação de postos de trabalho.

O Programa do Governo insere as questões da preservação do ambiente, do equilíbrio ecológico, da qualidade de vida, na sua abordagem humanista aos problemas dos Açores.

No respeito pela Natureza afirma-se a dignidade da pessoa humana.

Queremos fazer progredir os Açores, respeitando os equilíbrios naturais e humanos que, fundamentalmente, caracterizam as nossas Ilhas e o nosso Povo.

Assim se expandirá mais amplamente a nossa criatividade natural.

Para realizar os seus objectivos programáticos, o Governo adoptou - mediante lei aprovada nesta Assembleia - uma nova estrutura.

Ao serviço destes objectivos - e dos cidadãos, em última análise - colocaremos a Administração. Importa moralizá-la: há situações de abuso, poucas, limitadas, que, por isso mesmo, devem ser combatidas com energia para salvaguardar a grande e meritória massa daqueles que servem a Administração Regional e, por via dela, o desenvolvimento da Região.

É preciso desburocratizar, simplificar os processos, tornar a Administração compreensível e acessível aos cidadãos.

Teremos de introduzir novas tecnologias, que vençam a distância e compensem a insularidade.

Para a realização destes objectivos programáticos, o Governo mobilizará todos os responsáveis políticos, a Administração, os cidadãos, todo o Povo Açoriano. O desenvolvimento tem de ser

participado: um desenvolvimento humanista exige participação.

Doze anos de governação social-democrata mudaram já a face dos Açores.

Lançámos as grandes infraestruturas de transportes.

Demos a arrancada à modernização da agricultura e das pescas, ao aparecimento de novas actividades económicas, com destaque para o Truismo.

O Povo Açoriano tem hoje mais fácil acesso à educação, melhores serviços de saúde, mais elevado nível de vida.

Nas nossas ilhas há agora condições para um grande salto qualitativo de desenvolvimento.

É para aí que aponta o Programa do Governo.

Conhecemos, fruto da experiência, os caminhos do Progresso.

Vamos avançar na esperança!

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos agora interromper os nossos trabalhos por 30 minutos, a fim de poderem fazer depois os pedidos de esclarecimento que entenderem necessários fazer ao Governo sobre esta apresentação.

Srs. Deputados, estão suspensos os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 15,40 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 16,15 horas)

Em primeiro lugar pedia ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD que designasse um Secretário para a Mesa.

(Neste momento ocupou o lugar de Secretário da Mesa, em substituição do Sr. Deputado Jorge Cabral, o Sr. Deputado David Santos).

Tem agora a palavra o Sr. Deputado do PCP para formular as perguntas que entender.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

- Na sua proposta de Programa o IV Governo refere-se por duas vezes à construção do Porto das Flores. Quando se prevê o início das obras do porto, propriamente dito? E quando se prevê que aquela infraestrutura esteja terminada?

- Também é referida a ampliação do aeroporto das Flores. Já está elaborado o respectivo projecto? Quando se prevê o início das obras?

- As referidas obras implicam o alojamento de algumas famílias. Já tem o Governo a solução para esse problema?

- No Programa fala-se no desenvolvimento do termalismo. Sobre esse aspecto gostaria de saber o que será feito na Ilha das Flores?

- O pequeno navio misto, referido a páginas 33, fará a ligação com as ilhas do Grupo Ocidental durante todo o ano ou apenas em parte do ano?

- No Programa refere-se e cito "esquemas de

aproveitamento de mão-de-obra excedentária". Donde prevê o Governo que surja esta mão-de-obra excedentária?

- No Programa define-se como objectivo do Governo "garantir a qualidade dos produtos lançados no mercado", acrescentando-se que o Governo vai dotar os serviços oficiais com equipamentos necessários ao eficaz controlo de qualidade. Para conseguir essa qualidade o Governo considera que, neste momento, apenas faltam os equipamentos? A garantia da qualidade abrangerá o todo regional ou apenas algumas ilhas?

Obrigado pela vossa atenção.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como é cada vez mais fácil de reconhecer, e demonstraremos ao longo deste debate, os sucessivos Governos Regionais não têm conseguido concretizar os objectivos mais importantes que se propõem atingir aquando da apresentação dos respectivos Programas Governamentais.

É pois neste quadro dum fundamentado descrédito em relação a muitas das boas intenções que agora se apresentam que, desde já, formulamos algumas perguntas:

- O Governo, no seu Programa, começa por retomar a questão da estratégia do Governo para o próximo quadriénio que é dirigida ao desenvolvimento rápido e sustentado da economia açoriana. Porém, no II Programa, já se referia que se iria iniciar uma fase de promoção do desenvolvimento regional, auto-sustentado, mediante a dedicação de maior atenção ao investimento reprodutivo.

Ficámos muito longe desse objectivo!

Na altura exigia-se algumas medidas prioritárias, precisas e apropriadas nomeadamente nos domínios da tributação e do sistema financeiro. Nada se fez!

O sistema fiscal regional foi uma promessa. Passados quatro anos, o Governo torna a insistir neste instrumento como prioritário. Que vai fazer? Quais as perspectivas?

- O Governo continua a defender, como dantes, sinal que pouco fez, o desenvolvimento de um sistema de transportes eficaz. Que alterações se prevêem?

- O Governo pretende facilitar o acesso à propriedade. Como vai facilitar a aquisição de habitação própria se o esquema actualmente predominante é o crédito da Caixa Geral de Depósitos e não está a funcionar capazmente?

- Como vai possibilitar a participação das pequenas poupanças no capital das empresas?

- Prometem garantir os meios adequados para que, no comércio, os açorianos obtenham os bens e serviços que necessitam em boas condições de

qualidade e preço. Que novas medidas vão ser introduzidas?

- A política de solos do Governo Regional tem sido desastrosa. Tem sido o próprio Governo que inconscientemente tem ocupado os terrenos agrícolas para fins urbanos, em detrimento das zonas de menor ou nula aptidão agrícola. Que novos métodos e medidas vão ser incrementadas?

- O Governo não tem sabido acautelar o estado do Ambiente na Região. Tem prescindido de estudos sobre o impacto ambiental, em várias zonas e domínios. Que alterações vão ser introduzidas?

- O Governo não sabia, quando fez o Programa, quais as participações financeiras detidas pelas empresas públicas regionais - que não o BCA e a Açoriana de Seguros. Porventura, já sabe quais são neste momento?

- O Governo continua, apesar de mais cuidadosamente, a valorizar a Zona Franca de Santa Maria, que até já é praticamente dos Açores e não daquela ilha, e o Parque Industrial da Ribeira Grande. Que alterações de política vão ser desencadeadas para romper o vazio que se constata nestes projectos?

O que se passa com o famigerado Parque Industrial da Terceira, sucessivamente prometido e também adiado?

- Quais os objectivos subjacentes à persistência no tratamento do Programa da Implementação do Projecto NAV II em Santa Maria, quando o Governo já sabe que este assunto está praticamente arrumado com a respectiva implementação em Lisboa?

- O Governo no domínio das infraestruturas desportivas ainda fala no arranque do Parque Desportivo de Angra do Heroísmo, quando o mesmo foi anunciado há 8 anos e já deveria estar concluído. É um exemplo concludente da ineficácia governativa. Admite o Governo, no âmbito deste Programa, o lançamento de outras infraestruturas desportivas, nomeadamente do Parque Desportivo da Praia da Vitória?

- Para além do previsto Centro Cultural de Ponta Delgada, contemplado no Programa, não prevê o Governo a construção de um Centro Cultural para Angra do Heroísmo, cidade Património Cultural?

- Só agora, a reboque de Lisboa, refere o Programa que chegou a hora das privatizações.

Continuaremos, como até agora, dependentes das iniciativas do Social-Democrata Cavaco Silva ou haverá vontade própria da Região neste domínio?

- O Governo reconhece que se torna necessária uma ajuda eficiente e objectiva aos órgãos de Comunicação Social. Tendo, o ano passado, quebrado a tradicional atribuição dum subsídio anual às empresas jornalísticas, pensa o Governo retomar tal apoio?

- Há quatro, como há oito anos, o Governo também reconhecia que era urgente moralizar a Administração Pública. O que é que vai mudar

no Governo, para além do Secretário, que permita garantir atenuar o peso da Administração Pública e introduzir-lhe uma maior produtividade, combater os abusos e dar-lhe maior eficiência e rapidez?

- Como vai conseguir a Região, por modos legais, pagar bem aos seus funcionários mais qualificados, se ainda há quatro anos se negou a compensar o funcionalismo do diferencial da inflação que nos separa do Continente e sobretudo do custo de vida?

- O Governo reconhece como fundamental o funcionamento dos Conselhos de Ilha, mas, como se sabe, nalgumas ilhas esses Conselhos não funcionam. Na Terceira há cerca de um ano que está paralizado, violando os preceitos legais e sem que o Governo actue. Que garantias teremos para o futuro?

- Já vimos a ineficácia governativa quanto à adaptação do sistema fiscal. Diz o Governo que vai fomentar a criação na Região de uma Sociedade de Capital de Risco. Há quatro anos foi uma Sociedade de Investimento que nunca se viu. Qual a credibilidade destas promesas?

- Será desta vez que o Governo se propõe descentralizar as estruturas de formação profissional?

Como se irá traduzir o apoio directo às agremiações desportivas no sentido do reforço da participação açoriana nas competições nacionais? Como se irá processar a criação de condições e estímulos à fixação na Região de Técnicos Desportivos credenciados e se o futebol está incluído para o efeito no Desporto Regional?

- Está previsto neste Programa a construção do Centro de Saúde da Praia da Vitória?

- Dado que o Governo diz desejar a actividade privada no sector da Saúde, para quando a devolução às Santas Casas das Misericórdias das instalações usurpadas pelo Governo sem qualquer indemnização?

- Quantas operações de emparcelamento foram desencadeadas na Região ao abrigo da LOA e que áreas foram abrangidas?

Quais os fundamentos para o Governo já reconhecer a necessidade de se conceder "zonas de jogo" na área do Turismo?

- Tem o Governo prevista para a sua política de habitação alguma articulação com a Caixa Geral de Depósitos?

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo propõe-se dar prioridade à Educação, encarando-a como factor causa/efeito de desenvolvimento, modernidade e progresso da Região. A aposta no pré-primário corresponde à ideia de que os alicerces são fundamentais como condição de suporte de uma estrutura capaz de aguentar o desafio humanista e tecnológico dum País integrado na CEE.

- Como vai o Governo orientar a sua acção no campo das instalações físicas das chamadas

prés?

- Vai manter a orientação, que tem sido seguida até agora, de instalar as prés em salas sobrantes do Primário sem adaptação à idade pré-infantil?

Que tipo de educação contínua está prevista para as Educadoras de Infância?

Propõe-se o Governo combater o analfabetismo. Em 12 anos conseguiu a proeza de manter a Região na cauda do Continente. Gastaram-se dezenas de milhar de contos na Educação Permanente e os resultados estão à vista.

- Que propostas inovadoras apresenta neste sector?

- Propõe-se o Governo melhorar e modernizar a actual rede escolar? Com que tipologia? Está previsto criar uma Tipologia que responda às condições ambientais regionais, ou vai continuar a copiar a do Continente?

- Quanto ao apoio ao ensino privado, com que vontade política e com que incentivos económicos e financeiros?

- Vão as famílias açorianas receber cheques de educação que lhes permita optar na base da gratuidade pelo ensino oficial ou pelo privado?

- Como pensa o Governo executar a formação contínua e permanente nos ensinos Primário, Preparatório e Secundário?

- Que vai fazer o Governo para combater o insucesso escolar que atinge percentagens alarmantes?

- Como vai o Governo diversificar o Ensino Técnico-Profissional que, na nossa Região, tem uma amplitude muito restrita?

- No âmbito do Ensino Superior, como prevê o Governo acabar com a pedagogia da formação científica do futuro licenciado com os exames de **atacado**?

- Quanto ao C.I.P.O.F., acredita V. Exa. na eficácia da docência/discência de duas escolas muito semelhantes com conteúdos programáticos quase iguais e com uma população máxima de 75 alunos cada uma, a manter-se o "numerus clausus", diversificada em duas ilhas?

Os custos dos transportes, tanto marítimos como aéreos, influem decisivamente nos preços dos bens e também no estreitamento dos laços de solidariedade e da unidade, tanto insular, como continental.

- Prevê o Governo reduzir substancialmente os exagerados custos praticados pela SATA e diligenciar junto do Governo da República para a redução do preço dos bilhetes da TAP?

- Prevê o Governo apoiar as empresas de transportes marítimos na compra de ferry-boats como forma de apoio ao Turismo?

- Estão feitos estudos económicos neste sentido?

- Que melhoramentos estão previstos para o aeroporto de S. Jorge?

- Na agricultura, que medidas vão ser tomadas para melhorar a instrução teórica e prática dos agricultores e criadores de gado da nossa Região?

A Região importa imensos produtos alimentares de origem agrícola que nos chegam a preços exorbitantes.

- Tem o Governo algum estudo que esclareça o agricultor açoriano sobre as vantagens económicas da produção local e sobre a dimensão do nosso mercado?

- Alguma vez pensou o Governo em transferir as feiras agrícolas e congressos para o âmbito da Universidade?

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. (finalmente) Membros do (quase) IV Governo Regional:

Antes de passar às perguntas que trazia aqui formuladas, queria manifestar a minha curiosidade e a minha especial expectativa quando sei que existem inscritos para fazer perguntas sobre o Programa do Governo mais de uma dúzia de deputados do PSD.

Tenho, de facto, uma grande expectativa para saber que tipo de perguntas é que farão sobre o Programa do Governo aqueles que andaram a fazer campanha eleitoral baseada nesse mesmo Programa.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

O Orador: Apenas encontro uma explicação: é a campanha eleitoral por outros meios.

Algumas das perguntas que trago para fazer, neste momento prévio ao início do debate parlamentar do Programa do Governo em nome do Partido Socialista, são mesmo perguntas para serem respondidas no período de uma hora regimentalmente previsto para o efeito.

Outras não. Outras são mesmo perguntas para serem respondidas, ou não, pelos responsáveis deste programa durante os próximos quatro anos.

E por causa destas últimas que resolvi, contra o que é meu hábito, subir a esta tribuna, em vez de me quedar pela bancada.

A primeira pergunta que penso oportuno fazer é a seguinte:

Por acaso, o PSD e o seu Presidente em particular, já se deram ao cuidado elementar de fazerem algumas reflexões, um breve esforço de reflexão, sobre o significado político e institucional para a autonomia e para a democracia nos Açores, do resultado das eleições de 9 de Outubro?

Sobre o "salto qualitativo" que elas representam? (uso a terminologia de salto qualitativo para me "ajeitar" ao estilo do Programa do Governo que promete saltos qualitativos em quase cada cinco páginas. É um programa "Cangurú").

(Risos e aplausos do PS)

Pois bem, Srs. Dirigentes do PSD e Sr. seu

Presidente, em particular, eu, como milhares de outros açorianos, há dois meses que estamos à espera dos resultados práticos dessa reflexão.

Tem-se seguido em vão todos os passos do novo governo, na busca de um sinal exterior visível dessa reflexão e da mudança que ela não pode deixar de provocar.

Até agora esperámos em vão.

Esperámos que ela surgisse no acto do anúncio da composição do novo governo.

Acabámos por constatar que o "baile de máscaras" que, antes das eleições, se dizia iria ser o novo governo, se confirmasse depois das eleições.

E não será, por acaso, um verdadeiro corso carnavalesco...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): O palhaço já está aí em cima!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Não seja ofensivo! Seja educado!

O Orador: ...ver agora no IV Governo Regional, com a máscara dos Assuntos Sociais, quem, no III Governo, usou a da Administração Pública? E com a da Administração Pública quem usou a dos Assuntos Sociais? É mais um soldado raso desse "Governo de combate".

E para que mudar também o nome das duas Secretarias? Para que o festival do rei mono fosse mesmo completo?

Mas não desistimos. Continuámos à espera de um sinal de mudança.

Esperámos pela orgânica do Governo.

Antes das eleições, constava que teríamos a governar os Açores, 4 supermembros do Governo e 6 ou 7 submembros.

E a orgânica do Governo, por acaso não comprovou, Senhor Presidente do Governo Regional, que o anunciado "Governo de combate" tem 4 generais e 7 soldados rasos?

Continuámos a esperar. Agora pelo Programa do Governo. Com redobrada expectativa. Até porque, antes das eleições, Mota Amaral prometera um "Programa para desassossegar as massas". E de que maneira elas foram desassossegadas! Em discussão recente de nomeação, depois das eleições, faláva-nos em "Autonomia Tranquila".

E já agora, a propósito do seu discurso de Canossa, na Madre de Deus, permito-me a curiosidade de perguntar se o Senhor Presidente que prometeu que este Governo se manteria dentro dos limites da Constituição, mas acrescentou "com o recorte que foi dado pelas interpretações e praxes introduzidas durante 12 anos", considera que a fixação do salário mínimo regional pelo Governo, e não pela Assembleia Regional, como sempre reclamou o Partido Socialista, é uma destas praxes que recorta a Constituição ou é simplesmente uma inconstitucionalidade, como sempre considerou o Partido Socialista? (O PS sempre pensou que

era apenas mais uma das muitas inconstitucionalidades inúteis a que o PSD se arriscava, por mero capricho do seu líder). O PSD, que resistiu a todas as advertências que o PS fez a esse respeito, vai resistir agora à decisão do Tribunal Constitucional? Pode o Senhor Presidente do Governo confirmar aqui que a alteração do salário mínimo para 1989 vai ser incluída no Orçamento e aprovado nesta Assembleia, como o PS propôs o ano passado?

Mas voltemos ao programa do desassossego ou da tranquilidade.

Não acha o Senhor Presidente que o facto de o Programa do Governo ter chegado às mãos dos deputados, em muitos casos, apenas há três dias e, no melhor dos casos, há cinco, se parece muito com a atitude que o PSD teve para com o povo açoriano (ou açoreano) - depende da escolha entre duas páginas do programa - durante a campanha eleitoral, tendo apresentado o seu programa eleitoral no último dia da campanha eleitoral?

O PSD escondeu dos açorianos o seu programa eleitoral, só não esconde dos deputados desta Assembleia o seu programa de governo porque não pode. Será, Sr. Presidente?

Ainda temos na nossa memória as palavras de um proeminente membro do PSD que, durante a campanha eleitoral, afirmava que a mensagem que a oposição procurava transmitir aos açorianos não podia ser aceite pelos mesmos. Pelo que respeita ao PS, a mensagem, no seu essencial, resumia-se a dizer que não havia verdadeiro progresso nos Açores, não havia uma coerente e global estratégia de desenvolvimento. Hoje ninguém pode ter dúvida que a mensagem do PS traduzia a opinião dos açorianos.

Como é que se explica, então, Senhor Presidente do Governo, que logo na primeira página do Programa do Governo, se insista na ideia - e voltou-se a insistir na apresentação - que o PSD está mudando a face dos Açores e que estamos vivendo um grande surto de progresso económico, social, cultural e político?

E se acrescentar que se esta tarefa tem de prosseguir, não é porque tenha havido falhas, erros, omissões, má aplicação de verbas ou erradas opções técnicas ou políticas, não é por que reflita uma consciência crítica das responsabilidades próprias, mas por uma razão que iliba o PSD.

Não é de pasmar, Sr. Presidente do Governo Regional, que se aponte para uma razão de ordem metafísica, porque neste momento tudo é incompleto e sempre susceptível de aperfeiçoamento?

Mas se esta é apenas uma explicação desculpabilizante e passa-culpadas, como se explica o triunfalismo cego, depois de, pelas eleições, o PSD ter maioria de deputados apenas em duas ilhas dos Açores, e de ter o apoio activo de menos de metade dos açorianos, que este programa conti-

nue a identificar abusivamente a autonomia e o projecto do PSD?

Como se pode continuar a dizer que esse projecto do PSD "corporiza" a autonomia, que está "profundamente identificado com as aspirações históricas do povo açoriano", que dele "dimana" a autonomia?

Como é que, neste programa, se pode continuar a afirmar, contra os factos e contra a história destes 12 anos de poder do PSD, que o seu projecto fomenta a iniciativa privada, entusiasma os cidadãos para a participação cívica, atrai os jovens, dá especial atenção aos desfavorecidos?

Como é que se pode continuar triunfalisticamente a recusar a realidade quando se sabe que os adultos, em grande parte, não votam e que muitos jovens nem se recenseiam?

Mas perguntemos apenas pelos jovens e pelos desfavorecidos.

- Nestes dois meses o que fizeram para começar a dar esboço de concretização à solene afirmação do vosso programa (pag. 72): "A política de juventude só tem significado real e é compreendida pelos jovens se for feita com eles e para eles".

Por acaso, ouviram os jovens para a nomeação do Secretário da Juventude ou ao menos para o Director Regional dessa área?

E quanto aos desfavorecidos?

Por acaso, os açorianos já não se recordarão que o simples reconhecimento da existência de "bolsas de pobreza" - que não são bolsas, são manchas - na Região, custou uma longa luta política em que quase toda a sociedade açoriana teve de vir para a rua - para os jornais, que é outra maneira de vir para a rua - gritar que há pobres nos Açores, para o PSD o admitir? E mesmo assim, só para uma ilha. Só limitadamente.

Mas o vosso programa, por acaso, não continua, a mostrar a recusa em aceitar o problema em toda a sua dimensão, já não direi quantitativa, - em várias ilhas - mas qualitativa?

Mas não existe, não foi durante o III Governo que existiu um programa integrado de apoio à pobreza?

Se assim é, como é que se atrevem a continuar a dizer neste programa (pag. 34) que "o combate às bolsas de pobreza consiste, em boa parte, em resolver carências especialmente graves de habitação"?

Como se atrevem a continuar a afirmá-lo se quando se reclamam urbanizações e bairros sociais, os Senhores respondem que "nas mãos desses utentes eles se degradam inexplicavelmente"?

E os consumidores? Não serão claramente desfavorecidos os consumidores dos Açores? É claro que sim.

Mas o Governo preocupa-se com as deficientes condições do exíguo mercado açoriano para a produ-

ção (pag. 38). Mas quanto aos consumidores, considera "as regras da concorrência já de si defendem o consumidor". (pag. 29).

Senhor Presidente do Governo, é essencial num programa de governo, sobretudo de um programa que não queira ser apenas eleitoral, mas programa parlamentar de governo, isto é, para informar e não para convencer, para ser fiscalizado e não apenas para ser afirmado, o estabelecimento de prioridades. Só elas permitem estabelecer objectivos no tempo e ordenar medidas para os atingir.

Como é que se explica que tudo, ou quase tudo neste programa, seja prioritário, ou urgente, ou fundamental, ou importante, ou de importância vital?

"Dar prioridade à educação" é um título deste programa. "Melhorar a qualidade de vida é tarefa prioritária deste Governo". "A modernização da agricultura é tarefa fundamental". "A habitação é um sector prioritário."

Afirma-se, nas Pescas, "que são uma área prioritária de desenvolvimento regional" (pag. 124).

Na pag. 125 "O Governo escolhe o Turismo como área prioritária de desenvolvimento regional".

É verdade que nós sabemos que, mais do que um Programa de Governo, este é um Plano de Salvagem do PSD.

É verdade que nós sabemos que o PSD não se sente no governo, sente-se no banco dos réus, mas é inadmissível que quem não soube viver fazendo, se esteja a preparar para morrer prometendo.

Como é que se explica, Senhor Presidente, que este programa nem sequer tenha sido "podado" das contradições mais evidentes?

Logo nas primeiras páginas se percebe que este programa não teve revisor de provas ortográficas, mas porque não terá tido também revisor ideológico?

O programa recusa "a utopia do Estado como motor do progresso económico e social" (pag. 30), mas promove as autarquias "a motores locais do desenvolvimento" (pag. 57).

Não haverá aqui motores a mais? Porque é que as autarquias passarão agora a ser a nível da sociedade local aquilo que se recusa ao Estado a nível da sociedade no seu conjunto?

Onde irão elas buscar esta dinâmica capacidade política que se recusa a outros níveis do poder político?

E é a mesma maioria que durante 12 anos foi protagonista da menorização política das autarquias nos Açores, que agora as aponta para a vanguarda do desenvolvimento? E aponta-as tanto que o Senhor Presidente do Governo Regional se esqueceu de se referir a elas na apresentação do Programa.

Tanto mais que muito se diz sobre os objectivos desse estreitamento de relações entre o Governo e as autarquias, mas nada sobre as modalidades precisas desses apoios?

Será feito valorizando a descentralização e a autonomia das autarquias, ou apertando os laços da dependência?

A campanha eleitoral aproxima-se e essas páginas são o resto de uma campanha eleitoral e o começo de outra campanha eleitoral.

Que o esclareça quem o pode fazer.

O mais provável é que continue a ser como dantes. E o exemplo recente da Câmara da Ribeira Grande, está aí a comprová-lo.

As privatizações são um outro exemplo. O programa é relativamente claro em relação ao que não se vai fazer, mas omisso ou impreciso em relação ao que se propõe fazer. E também é contraditório.

Não será uma contradição, no capítulo das privatizações, rejeitar "a formação de um grupo empresarial público regional", em razão da pequenez da nossa sociedade?

Mas lembrar-se, algumas páginas depois, de 1992, e sublinhar-se a necessidade de reforçar a solidez do BCA e da Açoriana de Seguros, "de modo a suportarem os efeitos da concorrência"?

Senhor Presidente do Governo, um programa parlamentar de governo, tem obrigação de ser mais e melhor do que um simples programa eleitoral.

Este tem menos e é pior.

Não será isto o que significa o PSD ter prometido na campanha eleitoral que "iriam desenvolver um programa de emergência para as pescas e apostar no crescimento rápido da nossa frota de modo a duplicar as capturas até 1992"?

Nas duas mirradas páginas deste programa de 140 páginas (37 linhas, 7 das quais sobre aquicultura), não há nenhum traço deste projecto.

Por acaso, Senhor Presidente do Governo Regional, não se terá perguntado já se esta maioria, se este partido, não se esgotou a construir os alicerces da autonomia e que terá de chamar outros para construir as paredes e mobilar a casa?

A resposta começou a ser dada nas eleições de 9 de Outubro.

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Vozes do PSD: Não apoiado! Não apoiado!

Presidente: Srs. Deputados, em relação ao Partido Social Democrata estão inscritos vários deputados para formularem perguntas ao Governo Regional.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

As questões que gostaria de colocar ao Governo Regional dos Açores são as seguintes:

1 - **Porto Industrial de Pesca de S. Miguel**

a) O Governo está mesmo decidido a construí-lo?

b) Se já iniciou os estudos para a sua localização?

c) Para que datas aponta o início das obras?

d) Se, paralelamente, pensa proceder a arranjos indispensáveis no que se convencionou chamar "saco" do actual porto comercial de Ponta Delgada?

2 - Ambiente

a) Que medidas foram já tomadas junto do consórcio geotérmico para, em primeiro lugar, repor a qualidade da água que abastece a cidade da Ribeira Grande, cujos habitantes estão a ser gravemente atingidos pela poluição daquele bem essencial de consumo?

b) Que garantias existem de repor a normalidade paisagística na zona classificada de "Reserva Natural da Lagoa do Fogo", recentemente adulterada com as obras de perfuração de mais um furo geotérmico?

3. Parque Industrial de S. Miguel

- Que acções estão previstas para que sejam aproveitadas as infraestruturas do Parque Industrial de S. Miguel?

4 - Algumas Câmaras Municipais micalenses e em Santa Maria estão preocupadas com o aumento de processos para emigração.

a) O Governo já foi alertado para esse facto?

b) Dispõe, neste momento, de números de candidatos a emigrantes por concelhos das ilhas de S. Miguel e de Santa Maria?

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Henrique Aguiar.

Deputado Henrique Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A pergunta é dirigida principalmente ao Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social.

- Para quando se prevê o início das obras do novo hospital de Ponta Delgada?

Muito obrigado.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquando da III Legislatura foi aprovado nesta Câmara o Conselho Regional de Concertação Social.

A minha pergunta concreta é a seguinte:

- Para quando prevê o Governo implementar o respectivo Conselho de Concertação Social?

Outra pergunta que desejo formular é a seguinte:

Todos nós sabemos as dificuldades que os casais jovens têm tido para encontrar lugar onde deixar os seus filhos, ou seja, a falta que existe a nível de creches. - Prevê o Governo apoiar ou mesmo assumir a construção de creches em S. Miguel ou onde se verificar serem as mesmas necessárias?

Um outro assunto que gostaria também de ver esclarecido é o seguinte:

Verificam-se, por vezes, algumas dificuldades

no relacionamento e diálogo entre as Associações Desportivas e Responsáveis por Departamentos Governamentais, por um lado, e, por outro, alguma falta de celeridade na resolução de problemas relacionados com verbas a atribuir às Associações e até mesmo a clubes.

- Que tipo de acções e conduta pensa o Governo prosseguir para ultrapassar estes problemas?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

1. À semelhança do que se pretende para o Pólo Universitário de Oceanografia e Pescas, pensa o Governo transformar o Pólo Universitário de Ciências Agrárias num instrumento dinâmico de apoio também à investigação aplicada, aproveitando os seus resultados na orientação prática dos lavradores açorianos?

2. Que esquema de apoio pensa o Governo definir às agremiações desportivas que participam em competições nacionais, nomeadamente para as modalidades de futebol, voleibol, basquetebol, atletismo e desportos marítimos?

3. Sendo intenção do Governo criar condições básicas de desenvolvimento do turismo, nomeadamente a valorização do património natural e cultural, pergunto o seguinte:

3.1. Como pensa o Governo enquadrar a cidade de Angra do Heroísmo - classificada de Património Mundial - no desenvolvimento turístico regional?

3.2. Como pensa tirar partido das termas - nomeadamente do Carapacho e Furnas - por forma a constituírem um espaço organizado em termos turísticos?

3.3. Qual o incremento a dar ao agro-turismo?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Regina Cunha.

Deputada Regina Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

1. Diz o Governo no seu Programa que a política reformista para o modelo de saúde pública, aponta para a descentralização.

Ora, olhando à situação sócio-económica da Ilha de São Jorge, na sua generalidade e ao aspecto físico da ilha ser longitudinal, eu perguntava ao Governo, mais precisamente ao Senhor Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, se irá ser criado no Centro de Saúde da Calheta o sector de emergências, uma vez que achamos ser um assunto pragmático, pela sua realidade.

2. No Programa do Governo é preocupação entre os diversos aspectos revistos na agricultura, a vocação de cada ilha.

Uma vez que São Jorge tem uma vocação generali-

zada para a agropecuária, eu perguntaria à Secretaria competente se no seu programa tem a criação de uma Escola de Formação Agropecuária nos Serviços Agrícolas da Calheta de S. Jorge, ou seja, no centro da Ilha, como resposta futura a essa vocação e também, em paralelo, como elo de ligação do ensino secundário ao profissional.

3. Quais as medidas que o Governo deseja tomar quanto ao corte desenfreado de matas e o seu respectivo repovoamento, sabendo-se que um dos grandes interesses internacionais dos Açores é a sua preciosa vegetação e para os Açorianos o seu equilíbrio ambiental?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Aguiar.

Deputado José Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

1. Sendo a Zona Económica Exclusiva dos Açores de quase um milhão de quilómetros quadrados e havendo necessidade de fiscalização dessa zona, tal como vem expresso no Programa do Governo, pergunta-se:

- Como pretende o Governo fiscalizar os nossos mares?

2. Nos dois últimos anos funcionou o Programa de Ocupação Temporária de Jovens.

- Pensa o Governo criar em 1989 o referido programa?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Pacheco.

Deputado Álvaro Pacheco (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

1. Prevê o Governo apoiar a modernização das estruturas comerciais?

2. Como prevê o Governo garantir o abastecimento normalizado à Região dos bens de primeira necessidade?

Obrigado

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Adelaide Teles.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

1. Tendo em conta que o regulamento dos Centros de Saúde e os quadros de pessoal de cada um estão aprovados e publicados, para quando se prevê a entrada em funcionamento dos mesmos?

2. No que se refere à energia, um dos objectivos do Governo é garantir o abastecimento eléctrico em qualidade e quantidade, e um dos projectos que se propõe apoiar é o do aproveitamento da energia eólica. Quando vai ser implementado este projecto na Graciosa?

Obrigado

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Varão.

Deputado António Varão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No Programa do Governo Regional pode-se verificar que vão ser executados empreendimentos já lançados ou em adiantado estudo.

Ao que julgo saber a via rápida Ponta Delgada/Lagoa encontra-se numa outra situação.

Dado que a estrada Sul é uma das estradas mais movimentadas de São Miguel e este movimento está a aumentar de dia para dia com grandes inconvenientes para quem se dirige a Ponta Delgada, pergunto ao Governo Regional o seguinte:

- Qual é a situação presente do desenvolvimento da obra?

- Para quando se prevê o seu início?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gaspar.

Deputado António Gaspar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desejava perguntar ao Governo Regional o seguinte:

1. Onde será instalado e que tipo de dinamização pretende o Governo pretende dar ao Conselho Regional de Concertação Social para a sua consequente valorização?

2. Pensa o Governo Regional apresentar brevemente a esta Assembleia alguma proposta de decreto legislativo regional com os valores considerados desejáveis para os salários mínimos regionais e a respectiva uniformização para o ano de 1989 que se aproxima?

3. Pensa o Governo Regional reconhecer e dar importância ao Conselho Regional de Agricultura, através de uma nova dinamização e valorização do funcionamento do próprio Conselho?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desejo, muito rapidamente, perguntar o seguinte:

- Qual o aprofundamento de colaboração, previsto no programa do Governo, entre a Administração Regional e o Poder Local?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Melo Alves.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

No Programa do Governo, além de um capítulo inteiramente dedicado à Política da Juventude, em vários outros há constantes referências aos jovens:

- Não há nenhum capítulo **especialmente definidor de uma Política para a Velhice?**

No capítulo da Segurança Social (pag. 99), porém, directamente é referido um "Programa de Apoio a Idosos" com o objectivo de "construir em cada ilha uma estrutura de Apoio a Idosos".

Além disso, em todo o Programa do Governo existem várias referências - que passo a citar - à "especial atenção aos desfavorecidos", à "concepção humanista", ao "Homem como centro do processo de desenvolvimento", à "dignidade da pessoa humana", aos "valores humanistas" e ao "personalismo humanista".

Pelo que fica citado e pelo que disse há pouco o Sr. Presidente do Governo Regional este novo Governo **não esqueceu os problemas da velhice carenciada de meios materiais ou de amparo humano**, mas tem ele em vista outras medidas e projectos, além do referido na pág. 99, **necessariamente contidos na filosofia e no espírito de solidariedade várias vezes afirmados no seu Programa.**

Se sim, pode já apontar alguns exemplos?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Srs. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vejo-me na necessidade de intervir ou de questionar o Governo na área da juventude, só pela incapacidade da oposição.

(Risos do PS)

Deputado Carlos Mendonça (PS): Devagar! Tenha calma!

O Orador: Já lá vamos! Já lá vamos! Tenha calma!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Assim não vai longe! Não se excite!

(Risos da Câmara)

O Orador: Além do jovem anónimo, o Governo só pode ouvir as Organizações da Juventude que se interessem pelos problemas dos jovens e que aparecem para serem ouvidas.

Existem vários níveis de participação dos jovens em sociedade, mas a mais comum é a via associativa.

- Pensa o Governo incrementar o "Associativismo Juvenil" na Região?

O Turismo tem de estar ao alcance de todos, incluindo os jovens.

- Prevê o Governo a instalação de uma rede de "Pousadas de Juventude", a exemplo do que acontece noutras paragens?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As questões que desejo colocar ao Governo são, concretamente, as seguintes:

1. O corte drástico no crédito à habitação, imposto pelo Governo Central, e o esquema existen-

te de bonificação de juros são impeditivos de acesso, por parte de grande número de cidadãos, à habitação própria.

- Como pensa o Governo solucionar essa questão?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não sabe?!

O Orador: Sr. Deputado, isto não está no Programa por isso é que estou a perguntar!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Página 69!

O Orador: É uma questão de ler! O Sr. não lê...

2. Existindo apoios comunitários à modernização do comércio que não estão a funcionar em Portugal porque o Governo Central não os regulamentou...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Programa de 84!

O Orador: ...pergunto o seguinte:

- Como pensa o Governo Regional ultrapassar esta questão?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O PMP há-de responder!

O Orador: 3. O Programa do Governo prevê privatizações no sector público. As perguntas concretas são as seguintes:

- Quais as empresas a privatizar?

- Quando se iniciará este processo e como serão feitas essas privatizações?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de formular ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas as seguintes questões:

Sabendo-se da existência de grandes dificuldades na industrialização da produção leiteira em algumas ilhas desta Região, o que vem causando dificuldades incalculáveis às populações, pondo em causa grandes investimentos, não só privados mas também públicos (caso G.E.P.E. Pico).

- Para quando a classificação do leite, em todas as Ilhas da Região?

- Para quando todas as Ilhas terem os mesmos direitos, nos incentivos para a produção leiteira?

Se o Sr. Presidente me permite, gostaria de acrescentar mais algumas palavras.

No primeiro dia que aqui entrei, o que me disseram foi que "a cadelinha que tem os cãesinhos cedo, eles vêm cegos".

Mas também já li nalgum lado que "a caravana passa e os cães ladram".

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Do mesmo passo que este Programa do Governo reconhece algumas limitações na área da habitação em relação aos jovens, refere também a intenção

de prosseguir uma "política de habitação agressiva".

Neste âmbito, pergunto ao Governo se atribui carácter prioritário ao combate aos problemas de habitação sentidos pelos jovens e, no caso afirmativo, com que amplitude.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

1. Na sua acção de modernização do tecido industrial açoriano o Governo afirma "ir fomentar o aparecimento de indústrias no sector das pescas".

O aparecimento de novas fábricas de conservas na Região, seria pois um passo importante nesse sentido. A pergunta que coloco é a seguinte:

- Além dos apoios financeiros - comunitários e regionais previstos em diplomas já existentes - o Governo tem disponibilidade técnica, para orientar os possíveis novos empresários, no encaminhar de todo o processo tendente à elaboração desse mesmo projecto?

2. No seu Programa de Governo de Médio Prazo, o Governo Regional diz "ir incentivar a construção de zonas industriais concelhias", além de accionar a legislação sobre o ordenamento industrial da Região.

A pergunta que coloco é a seguinte:

- No incentivar a construção de zonas industriais concelhias, o Governo Regional prevê, ou não, ajuda financeira às Autarquias para a aquisição dos terrenos onde se instalarão as respectivas zonas industriais?

3. O Programa do Governo afirma que se elaborará o "Guia de Investidor na Região", e se "facilitará o relacionamento entre o potencial investidor e os serviços públicos, assegurando-se o máximo de descentralização administrativa, por ilha".

A pergunta que coloco é a seguinte:

- No "assegurar o máximo de descentralização administrativa por ilha", subentende-se que os respectivos serviços tenham capacidade técnica e humana para responder localmente às solicitações dos potenciais interessados, ou apenas asseguram a recepção e envio dos projectos apresentados?

4. Afirma-se no Programa do Governo que "constitui prioridade e será lançado pelo Governo e pela EDA, um programa especial de abastecimento de energia eléctrica às explorações agropecuárias".

Pergunto:

- Esse "programa especial" terá características diferentes do actualmente em vigor? Quais?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo. Pedia-lhe que fosse rápido porque o

PSD tem já muito pouco tempo disponível.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um factor que assume particular relevância e acuidade para toda a população é o que se prende, nomeadamente, com a inflação e que se vai vislumbrando no "**Índice de preços ao consumidor**".

Relativamente ao que diz respeito aos bens que dão entrada na Região e produzidos fora da Região, para controle da inflação a pergunta que se coloca ao Governo, nomeadamente ao Secretário Regional da Economia, é a seguinte:

- Que pensa o Governo Regional fazer para intervir nesta matéria?

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados vamos então, nos termos regimentais, interromper os nossos trabalhos por 30 minutos para que o Governo Regional possa preparar as respostas a dar aos Srs. Deputados.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 17,05 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 18,00 horas)

Vou mandar distribuir pelos Srs. Deputados uma carta do Sr. Presidente do Governo Regional, na qual ele faz uma corrigenda a algumas gralhas existentes no Programa do Governo.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional. Pedia-lhe que, se fosse possível, me desse uma inscrição dos Srs. Secretários, pela ordem que irão falar, para facilitar o trabalho da Mesa.

O Sr. Presidente indica-me que não irá falar neste momento.

Assim sendo, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Cabe-me iniciar as respostas da parte do Governo e responderei a cada um dos Srs. Deputados que colocaram questões à Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social.

Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Henrique Aguiar Rodrigues devo esclarecer que o concurso para a construção do Hospital de Ponta Delgada já foi aberto no anterior Governo.

É um concurso misto - de projecto e de execução -; as propostas têm que dar entrada no Governo Regional até 26 de Abril de 1989; o Governo terá dois meses para apreciar e adjudicar o projecto - e justifica-se esse prazo pela sua importância e dimensão - e, a partir da adjudicação, a firma a quem for adjudicada a obra terá 1400 dias para entregar, pronto, de chave na mão, o hospital

ao Governo.

Por consequência, o início das obras dependerá da empresa a quem for adjudicada a obra. No entanto, esperamos que, efectivamente, ainda este ano se possam iniciar os trabalhos.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Melo Alves, na sua pergunta estava implícita a resposta do Governo, e os problemas dos "idosos e da terceira idade" são, naturalmente, num Governo que tem como subjacente uma ideologia e doutrina personalista e de defesa da pessoa humana, uma das questões importantes e fundamentais.

É evidente que a questão da "velhice e terceira idade" não depende apenas da Secretaria da Saúde e Segurança Social. É uma questão interdisciplinar, multidepartamental, tem a ver com muitos sectores da governação, mas, no que diz respeito a esta Secretaria, poderei garantir-lhe todas as medidas e esforços necessários para que, efectivamente, os nossos idosos tenham uma velhice digna e alegre.

O Governo irá promover iniciativas de apoios aos cidadãos e às Instituições Particulares de Solidariedade Social nesta matéria - aliás, como sempre fez - independentemente da actuação dos serviços oficiais em determinadas áreas da saúde, designadamente Centros de Saúde, Enfermarias de Rectaguarda, etc..

Em relação à questão levantada pela Sra. Deputada Regina Cunha, devo-lhe dizer que a resposta à emergência é feita de duas formas: através da presença física dos médicos e de outro pessoal e através do sistema de chamada.

Na Ilha de S. Jorge temos, no Centro de Saúde das Velas, o sistema de presença física, que exige um grande número de pessoal porque esse serviço de emergência é assegurado por um período de 24 horas.

Criando outros serviços de emergência, eventualmente no Centro de Saúde da Calheta, não será aconselhável reforçar os meios para isso, dado as "ratios" que existem de números de médicos por habitante na Ilha de S. Jorge.

No entanto, é uma questão que terá que ser ponderada, terá que ser dialogada pela forças vivas da Ilha de S. Jorge, para se medir os prós e os contras - porque há prós e contras em qualquer uma das soluções.

Relativamente à questão levantada pela Sra. Deputada Adelaide Teles, devo-lhe dizer que os Centros de Saúde já têm a sua regulamentação e os seus quadros aprovados, mas só entram formalmente em funções depois da nomeação dos seus Conselhos de Administração. É uma das tarefas que nós vamos desenvolver nos primeiros meses de 1989.

Em relação ao Sr. Deputado José Carlos Simas e à questão da juventude e da infância, devo-

-lhe dizer que a questão da infância é uma das preocupações deste Governo, e o Governo está disposto a apoiar todas as iniciativas particulares de Instituições de Solidariedade Social para a criação das creches e dos jardins de infância que forem necessários na Ilha de S. Miguel.

Em relação ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro do CDS, devo-lhe dizer que o anterior Governo já apresentou ao Representante das Santas Casas da Misericórdia da Região uma proposta de resolução e de indemnização pelos bens postos à disposição do Governo em várias áreas e, designadamente, da Saúde.

Neste momento aguarda-se ainda uma resposta dos Responsáveis pelas Santas Casas da Misericórdia a esta proposta do Governo.

De qualquer forma está aberto o diálogo entre a Secretaria Regional e as Santas Casas da Misericórdia para encontrarmos uma solução satisfatória para ambas as partes.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, devo-lhe dizer que o Centro de Saúde da Praia será um dos projectos de construção dos Centros de que vai ser realizado neste mandato.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, penso que é tudo o que diz respeito à Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Passo a responder à pergunta que me foi formulada pelo Sr. Deputado José Carlos Simas, do Partido Social Democrata, e que se prende com a criação do Conselho Regional de Concertação Social.

Lembrarei que este órgão foi criado muito recentemente, ou seja, na última sessão da passada Assembleia Regional; posteriormente entramos no período de campanha eleitoral e, agora, com a posse do novo Governo, penso estarem criadas todas as condições para que este órgão comece a funcionar dentro de um espaço de tempo muito curto.

O Governo já solicitou aos diversos parceiros sociais a nomeação dos seus representantes para esse órgão. Aguarda que esta indicação lhe seja presente para que possa dinamizar um órgão que considera de importância fundamental para o diálogo e a concertação social na Região Autónoma dos Açores.

Em relação ao Sr. Deputado José Aguiar que me pergunta se o programa de Ocupação Temporária dos Jovens irá ser retomado este ano, direi que o programa tem vindo a ser melhorado ao longo

dos anos e 1989 não será excepção.

Iremos, ao longo deste tempo, colhendo novas experiências no sentido de, cada vez mais, melhorar o programa, satisfazendo a juventude e satisfazendo, ao fim e ao cabo, toda a componente prática que este programa traduz, quer para os jovens, quer para as instituições que beneficiam dele.

Respondendo a uma pergunta formulada pelo Sr. Deputado Rui Melo em relação ao "Associativismo Juvenil", eu direi que um dos vectores em que irá assentar a política de juventude do Governo Regional dos Açores é exactamente no "Associativismo Juvenil". De facto, uma demonstração do dinamismo social dos jovens é o "Associativismo Juvenil", bem como uma aprendizagem que estes jovens farão na sua vida participativa.

Em relação às "Pousadas de Juventude" - e contrariamente a alguns apartes que foram feitos pela oposição - não são únicas da União Soviética: existem nos países democráticos e nós pretendemos construir nos Açores "Pousadas de Juventude"!

Nesta primeira fase, uma vez que elas não estão construídas, iremos incentivar o Turismo Juvenil, assentando nas Pousadas de Juventude já existentes noutros pontos do país e no estrangeiro, e temos a intenção de, com a construção das Pousadas de Juventude, torná-las num ponto de encontro da juventude, dando-lhe uma polivalência de modo a que possa ser utilizada pelo intercâmbio desportivo que se vem verificando na Região Autónoma dos Açores.

Penso que respondi a todas as perguntas que me foram formuladas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação às perguntas que me foram feitas, cabe-me dar as seguintes respostas:

O Sr. Deputado Jorge Cabral fez uma pergunta relacionada com a estrutura das pescas na Ilha de S. Miguel.

De facto, neste momento decorre um estudo relacionado com a sua localização, ou seja, com a localização de uma infra-estrutura exclusivamente destinada ao sector das pescas em S. Miguel. Espero muito brevemente ter conclusões técnicas que me permitam dizer onde ela ficará localizada.

A Sra. Deputada Regina Cunha fez-me duas perguntas: uma sobre o Centro de Formação Profissional de S. Jorge e outra sobre o "corte desenfreado de matas".

Ainda não está decidida a localização do Centro de Formação Profissional da Agricultura em S. Jorge.

Quanto ao "corte desenfreado de matas", não conheço de perto qualquer situação sobre esta matéria em S. Jorge. Devemos, no entanto, conside-

rar que a legislação existente é clara sobre essa matéria: não se podem fazer cortes sem autorização da Secretaria e estão previstos os casos em que é até obrigatória a replantação.

Portanto, o conhecimento de um caso pontual que não esteja de acordo com o legislado, seria útil saber-se em pormenor.

Uma outra pergunta que vem também de S. Jorge, relaciona-se com a fiscalização da Zona Económica Exclusiva.

A responsabilidade da fiscalização da Zona Económica Exclusiva cabe à Marinha. Portanto, a fiscalização da Subárea 3, que é aquela que está afectada à Região Autónoma dos Açores, é também da responsabilidade da Marinha. Não tenho conhecimento de mais qualquer outra entidade que tenha intenções de fazer essa fiscalização.

Julgo que há um projecto comunitário, apresentado por Portugal, no sentido de se vir a dotar as Forças Armadas com meios diferentes dos actuais, mas sempre na óptica de ser a Marinha, em conjugação com a Força Aérea, a fazer essa fiscalização.

O Sr. Deputado Gaspar da Silva fez uma pergunta relacionada com o Conselho Regional da Agricultura.

De facto, ele tem reunido sempre em questões de grande interesse agrícola ou de grande interesse político para a agricultura, como sejam, a Lei de Orientação Agrícola e de alteração da Lei do Arrendamento Rural.

Espero que, com o próximo Plano de Médio Prazo, se faça uma maior dinamização desse mesmo Conselho.

O Sr. Deputado Francisco José, da Ilha do Pico, coloca uma questão que eu classifico como sendo a mais grave que, neste momento, em termos agrícolas, atravessamos, ou seja, o problema que se passa em algumas das ilhas dos Açores - concretamente Flores, Pico e Faial para dar os exemplos mais importantes - do não pagamento à produção, por parte de uma empresa de lacticínios que actua na Região, já lá vão, em alguns casos, 8 meses.

É uma situação que me tem levado a intervir directamente junto da empresa por todos os meios possíveis e tenho recebido algumas respostas que são efectivamente evasivas em relação a este problema. Ele constitui, de facto, a minha maior preocupação de momento e espero arranjar soluções alternativas, o mais brevemente possível, para colmatar essa situação.

É do conhecimento público que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas tem uma proposta de avançar com indústrias de transformação nas Flores e no Pico, fundamentalmente, já que aqui no Faial há uma possibilidade da Cooperativa aqui existente poder ultrapassar a situação.

Só que essas coisas levam tempo e, entretanto, há que resolver esta situação de conjuntura extremamente gravosa.

Espero que ela tenha uma resolução o mais breve possível, de acordo com propostas que penso apresentar ao Conselho de Governo.

Quanto à classificação do leite em todas as ilhas, neste momento estamos numa fase de alteração da metodologia da classificação do leite - não só da metodologia como também da entidade responsável por ela - já que está já fora do banco de ensaio e a passar à sua actuação no terreno, a classificação para as estruturas da produção, estando a Administração Pública apenas numa função de fiscalização.

Logo que este modelo esteja completamente acertado, ele será extensivo às restantes ilhas dos Açores.

O Sr. Deputado António Silveira fez-me uma pergunta sobre o "aparecimento de indústrias no sector da Pesca".

Existem mecanismos comunitários que estão em vigor, sobretudo do âmbito do Regulamento 355, que dão apoio ao aparecimento de indústrias no sector. Portanto, qualquer hipótese privada, em relação a S. Jorge, no sentido de poderem surgir intenções de investimento nessa área, terá que seguir o regulamento comunitário.

Julgo que a pergunta ia um pouco mais longe, ou seja, no sentido de saber que apoio seria dado à elaboração de um projecto deste tipo.

Devo dizer que não tem sido normal a solicitação à Secretaria - aliás, em nenhum caso foi solicitado apoio à Secretaria para a elaboração de um projecto desse tipo - mas, se ele surgir, com certeza que daremos o apoio que for possível.

Penso que houve uma pergunta do lado da bancada do CDS sobre um problema qualquer de "processo de emparcelamento rural em curso".

Neste momento tudo o que estava relacionado com o arranque dos processos de emparcelamento na Região está praticamente concluído, ou seja, a elaboração das cartas de solos, a elaboração das cartas de capacidade de uso, etc., indispensáveis a qualquer operação de emparcelamento.

Quanto à operação de emparcelamento em curso, direi que ela já foi encetada em S. Miguel com a compra de uma propriedade onde existe cerca de 100 rebanhos e contamos que a operação tenha o seu curso pleno no ano de 89. Será, de facto, a primeira operação considerada de "emparcelamento integrado da Região".

É uma operação bastante cara, e que deverá custar, no final do projecto que possui, um valor acima dos 200 mil contos, já que não é só o problema da compra da propriedade, mas também o de abastecimento de água, do abastecimento de energia eléctrica e de caminhos de penetração, já que o emparcelamento envolve todas estas infraestruturas agrícolas e não só o mero fenómeno

de trocar parcelas entre si.

E, de facto, a primeira operação de emparcelamento que, aliás, foi iniciada ainda no Governo anterior.

Julgo, se não estou enganado, que estas foram as perguntas que me foram feitas por esta Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Azevedo Rosa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou tentar responder às perguntas que foram dirigidas à minha Secretaria, e começo por tentar responder às perguntas feitas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que foi também uma das primeiras pessoas a falar.

Quero dizer-lhe que em Angra há vários Centros Culturais, de maneira que dá-me a impressão de que mais um talvez seja a mais.

O Governo vai multiplicar as instalações do pré-primário e primário e modificar a rede escolar, tentando ajustá-la melhor aos Açores.

Com essa melhoria de instalações vai também depositada a intenção de, de facto, radicar o melhor possível o ensino do pré-primário e do primário. Acho que o ensino deve nascer pela raiz como as árvores nascem.

O insucesso escolar será diminuído, com a intenção de que todos os cidadãos possam beneficiar do texto escrito.

De todas as formações relacionadas com os professores, aquela que me parece das mais convenientes e indispensáveis é a "formação contínua". Há que, portanto, ampliá-la, continuá-la para que ela produza frutos.

Embora haja tentativas de relacionamento com o desporto no Continente, por vezes essas relações são difíceis, principalmente do lado da Direcção-Geral de Desportos. Até se pretende criar nos Açores (vamos a ver se conseguimos!) uma formação superior de ensino, treino e organização em desportos.

pretende-se ainda que o desporto se eleve de nível nos Açores e seja uma boa formação de relacionamento.

Continuarão a ser atribuídas verbas às organizações desportivas e continuar-se-á com a construção, se possível, de parques desportivos.

Parece-me que é tudo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começarei por responder às perguntas colocadas pelo Sr. Deputado Manuel Valadão e no que concerne ao desenvolvimento do agro-turismo ou do turismo rural.

Para estas duas novas modalidades de turismo, adicionadas à questão do turismo de habitação, está prevista em legislação regional a atribuição de apoios financeiros para o incremento destas modalidades.

Para além disso, estão igualmente inscritas no "Plano Nacional de Interesse Comunitário", verbas que prevêm efectuar-se a selecção de imóveis ou núcleos de habitações rurais em cada ilha para utilização nestas três modalidades de turismo.

Um dos aspectos fundamentais que o Governo irá implementar, será a divulgação da forma em que consiste cada um destes tipos, cada uma destas modalidades de turismo, ou seja, o que é que diferencia o "turismo de habitação", do "turismo rural" e do "agro-turismo".

Simultaneamente também são dados a conhecer os tipos de apoio financeiro, previstos na legislação em vigor.

Penso que os Açores reúnem, de facto, condições para o desenvolvimento destas modalidades de turismo que acabei de referir.

Quanto ao que se pensa relativamente ao desenvolvimento do termalismo nas Furnas e no Carapacho, devo dizer que o Governo entende que o termalismo é um segmento importante na captação de determinado número de turistas com determinadas características e, como tal, estão também previstas acções de remodelação e recuperação das termas do Carapacho e do Varadouro, no Faial, assim como a instalação de alojamentos anexos.

No que diz respeito às Furnas, está também prevista a remodelação e ampliação das termas das Furnas. Aliás, estes projectos são levados a efeito conjuntamente com a Secretaria Regional da Saúde e da Segurança Social.

Quanto à questão da forma como se pretende incrementar em Angra, como cidade património, o desenvolvimento do turismo, nomeadamente através deste segmento importante que é, sem dúvida, a cidade património municipal, devo dizer que é considerado pelo Governo como factor importante valorizar o património cultural de Angra do Heroísmo.

Para esse efeito está previsto o lançamento de um produto turístico que será, de facto, "Angra, cidade cultural".

É evidente que isso passa por vários estudos: serão feitos estudos de itinerários culturais conjuntamente com a Secretaria Regional da Educação e Cultura e, paralelamente, proceder-se-á à reparação de monumentos que tenham interesse cultural ou histórico.

Aproveitaria também para referir que é intenção da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente apetrechar tecnicamente, quer a Delegação de Turismo de Angra, quer a Delegação de Turismo de Ponta Delgada, para, nesse aspecto, poderem

prestar um grande apoio à forma de desenvolvimento e de incremento do turismo através da cidade de Angra do Heroísmo.

Respondendo à pergunta feita pelo Sr. Deputado Jorge Cabral quanto à questão da "recuperação da normalidade paisagística da Lagoa do Fogo", direi que está previsto, no contrato celebrado com o consórcio, que, concluídas as obras, se procederá à recuperação paisagística daquela zona.

Quanto ao problema das águas, é evidente que é um problema que o Governo acompanha de perto. Já foram dadas instruções ao consórcio no sentido de efectuar algumas obras que virão decerto melhorar as condições da água; têm sido feitas análises das respectivas águas; as informações que são colhidas é que de facto se está a melhorar o nível de qualidade das águas, embora ainda continuem inquinadas, mas o Governo estará atento e acompanhará de perto esta questão do desenvolvimento do problema das águas na Ribeira Grande.

O Sr. Deputado do CDS referiu-se à questão da construção de ferry-boats para apoio turístico.

Neste momento o Governo não considera como prioritária a construção de ferry-boats para o tipo de desenvolvimento que pretende ver incrementado aqui na Região.

Não sei também concretamente a que tipo de ferry-boats o Sr. Deputado se estava a referir. Espero que, depois, durante a sua intervenção, tenha oportunidade para especificar concretamente a que é que se referia.

Quanto à questão do impacto ambiental, quero-lhe dizer que a parte do Ambiente não será "parente pobre" da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente. A aplicação da lei de bases do ambiente não será esquecida. Depois, na intervenção que farei, terei oportunidade de discriminar mais concretamente algumas das acções que serão levadas a efeito em termos de defesa do ambiente.

Finalmente, havia uma questão relacionada com o jogo.

Dir-lhe-ei que o Governo entende que a introdução do jogo deve ser feita de uma forma atenuada; não é considerado, nesta primeira fase, como um segmento específico de captação de turismo mas, sim, como uma forma de complemento, de viabilização de grandes unidades hoteleiras com instalações para o efeito - isto no que diz respeito aos jogos de "futuro e azar".

Quanto ao bingo, direi que efectivamente será alargado a outras áreas e não terá aspectos tão restritos como os jogos de "futuro e azar".

Penso que respondi às perguntas que me foram formuladas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Foram colocadas à Secretariá Regional de Habitação e Obras Públicas algumas questões, tais como: a restrição ao crédito à habitação, a ocupação dos solos, o apoio aos jovens na aquisição de habitação própria, a estrada Lagoa/Ponta Delgada e o início do porto da Ilha das Flores.

Quanto ao porto da Ilha das Flores, devo dizer que ele se insere num programa com alguns projectos, a saber: o porto da Ilha das Flores, o porto da Ilha do Corvo, o aumento da pista das Flores, e aqui também se inclui a expropriação dos terrenos necessários a estas obras e o realojamento das respectivas famílias.

Este projecto já foi iniciado, concretamente com a construção de um estaleiro para o início das obras do porto da Ilha das Flores. Decorre, portanto, já a execução do contrato referente a esta obra.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado António Varão e referente à estrada que liga Ponta Delgada/Ribeira Grande à Lagoa, devo dizer-lhe que esta obra já foi adjudicada e estamos na fase de elaboração do respectivo contrato. Esperamos que no primeiro trimestre de 89 se dê início à obra.

O apoio aos jovens para aquisição de habitação própria foi um programa do III Governo, limitado ao Ano Internacional da Juventude, mas, de acordo com as linhas de orientação política do IV Governo Regional, nós vamos, na verdade, incentivar e apoiar a juventude na aquisição da sua habitação própria.

Essa linha de orientação do Governo vai ser traduzida na próxima alteração à legislação que existe sobre os programas que o Governo dispõe para apoio à habitação. Serão consideradas condições especiais exactamente para os jovens à procura de aquisição de habitação própria.

Quanto ao crédito à habitação, é um estrangulamento que se verifica neste momento, resultante dos condicionalismos impostos pela política financeira do Governo Central. Mas entende o Governo Regional que esses condicionalismos não se devem aplicar à Região Autónoma dos Açores porque nós não dispomos doutros instrumentos de que dispõem, por exemplo, os cidadãos residentes no Continente, razão pela qual o Governo vai proceder a um levantamento dos casos pendentes e efectuar, imediatamente, diligências com as instituições de crédito vocacionadas para a concessão de habitação, designadamente a Caixa Geral de Depósitos, e também com o Governo Central no sentido de se criarem condições especiais para a concessão do crédito à habitação para a Região Autónoma dos Açores.

Relativamente à ocupação dos solos - pergunta levantada pelo Sr. Deputado do CDS - vou usar uma metodologia que é tão cara ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Faça favor!

O Orador: ...que é a citação dos versículos e dos capítulos...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Eu pensei que não era nada connosco mas, afinal, era!

O Orador: ...para citar esta parte, até porque o Sr. Deputado, enfim, é uma pessoa que recorre com frequência à citação dos capítulos e versículos...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Está a exagerar!

O Orador: ...portanto, eu, neste momento, vou de facto recorrer a esta metodologia tão cara ao Sr. Deputado para dizer que a ocupação dos solos é uma grande preocupação do Governo Regional ao ponto de, a páginas 22, ela vir deveras pormenorizada relativamente a isto.

E cito apenas o seguinte: "Os instrumentos principais desta política são os Planos Directores Municipais, os Planos de Urbanização e os Planos de Pormenor que possibilitam a definição de zonas de construção prioritária nas áreas do Turismo, Habitação e Equipamento Urbano. Conjugando estes Planos com a necessária intervenção pública, ao abrigo do Código das Expropriações...".

Depois diz-se que: "Na área da habitação, será incrementada a reabilitação urbana, com recuperação de edifícios degradados para evitar, sempre que possível, a expansão urbana com recurso ao avanço da construção em superfície, geralmente com ocupação de terreno agrícola".

Se o Sr. Deputado quer que eu conclua a metodologia que lhe é tão cara, digo "Fim de citação".

Ora, esta parte do Programa do Governo é uma forma de testemunhar a nossa grande preocupação sobre a utilização de um recurso que, em ilhas, como são as ilhas dos Açores, é tão escasso.

Muito obrigado.

Presidente: Quero informar o Sr. Presidente do Governo Regional de que já foram gastos 33 minutos do tempo destinado às respostas do Governo Regional.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado Artur Martins, que acompanha de perto e tem grande experiência nestas questões do Poder Local, gostaria de dizer que nós contamos aprofundar a colaboração com as Autarquias Locais através do aprofundamento da cooperação que com elas mantemos.

A nível da cooperação técnica, através de

um, sempre que possível, maior apoio jurídico, maior apoio à gestão, maior apoio na elaboração de documentos destinados, nomeadamente, à Comunidade Económica Europeia e, também, na elaboração de documentos tão essenciais para o efectivo Ordenamento do Território na Região Autónoma dos Açores.

Outra área de aperfeiçoamento ou de aprofundamento da cooperação técnica, poderá também ser a de um maior apoio à Formação Profissional daqueles que trabalham nas Autarquias Locais.

Quanto à cooperação financeira, pensamos ser possível alargar essa cooperação a áreas que são da competência das Autarquias - a qual já mantemos - mas estendê-la, agora, a novos aspectos, nomeadamente dentro do saneamento básico, estendendo, por exemplo, à questão do tratamento de lixo, e pensamos também poder criar algumas áreas em que, embora de competência mista entre a Administração Regional e a Administração Local ou mesmo da competência específica da Administração Regional, seja possível, através da preparação de contratos-tipo, entregar a execução de algumas competências às Autarquias Locais.

Quanto a uma questão colocada por um Sr. Deputado de um dos partidos da oposição acerca da "melhor produtividade na Administração Pública, do melhor pagamento aos respectivos funcionários e agentes e à moralização dessa mesma Administração", eu diria que, quanto à introdução de uma melhor produtividade na Administração Pública, nós contamos introduzir instrumentos e métodos mais eficazes nessa mesma Administração, actualizar os respectivos objectivos e, por outro lado, também acentuar os aspectos da Formação Profissional.

Quanto a "pagar mais", dentro das limitações que a Constituição nos impõe, é sempre possível a atribuição de alguns incentivos - há, aliás, regulamentação que prevê a atribuição desses incentivos. O que há a fazer agora é mantê-los permanentemente actualizados às necessidades de cada momento dessa mesma Administração, e se num momento privilegiámos o apoio àqueles que tiveram de se deslocar para zonas mais periféricas da Região, também poderemos vir a fazê-lo para aqueles que, com uma maior qualidade de formação, nós possamos precisar nos principais centros administrativos.

Quanto à "moralização da Administração", penso que (felizmente!) esse não é um dos problemas que assume primordial importância na nossa Região, mas, de qualquer forma, a Inspeção Administrativa Regional está a funcionar, vamos dotá-la com mais meios, essencialmente meios humanos, quer a nível de pessoal com formação técnica, quer a nível de pessoal com uma carreira administrativa feita, o que lhe garante um conhe-

cimento prático muito grande, e, acima de tudo, contarei com a colaboração dos Srs. Deputados, bem como de todos aqueles que são utentes da Administração Regional (e isso somo-lo todos nós!) para garantir essa mesma normalização.

Quanto ao funcionamento dos Conselhos de Ilha, vamos investigar o que se passa quanto ao funcionamento do Conselho de Ilha da Terceira, que penso que foi o que efectivamente foi aqui referido.

Pela Comunicação Social - e nos poucos dias que passaram após a minha nomeação - tenho-me apercebido de que outros Conselhos de Ilha estão a funcionar normalmente, com grande interesse na resolução dos problemas da sua ilha, adoptando, portanto, aquela posição que me parece que é a deles, isto é, de dar efectiva resposta àquela realidade geográfica inelutável, que é, afinal, a ilha.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Trouxe o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro a esta Sala a questão de "como vai o Governo recuperar ou reintroduzir o apoio às empresas de Comunicação Social".

Partiu o Sr. Deputado de um pressuposto falso ou, e assim estaremos muito próximos da verdade, revelou desconhecimento na matéria.

Ignorou o Sr. Deputado:

- o Decreto Legislativo Regional nº 25/86/A
- a Portaria nº 30/88
- o Despacho Normativo nº 157/88
- o financiamento total da cobertura televisiva e radiofónica integral da Região.

Mas como o Sr. Deputado integra as turmas que de 4 em 4 anos elevam a taxa de insucesso partidário, e tendo reprovado no exame eleitoral (apesar da revisão de provas em S. Jorge), sinto a obrigação de fazer uma pequena sabatina, em jeito de correcção de ponto de exame, referindo o conteúdo de cada um dos diplomas atrás citados:

Decreto Legislativo Regional nº 25/86/A:

- Apoio financeiro ao Rádio Clube de Angra e à estação emissora do Clube Asas do Atlântico, atribuindo-lhes um subsídio de 50% da receita oriunda da taxa da radiodifusão cobrada na Região.

Portaria nº 30/88

Determina os apoios aos Órgãos de Comunicação Social, tais como:

- subsídio de papel
- porte pago para o estrangeiro
- carga aérea dentro e para fora da Região
- 50% dos custos das comunicações telefónicas
- consumo de energia
- assinatura de noticiário de Agências Noticiosas

- formação profissional - matéria esta complementarizada com o Despacho Normativo nº157/88 que fixa em 85.500\$00 o subsídio mensal a que têm direito os profissionais de Comunicação Social que frequentem estágios em Órgãos de Comunicação na Região e ou no Continente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Foram-me colocadas várias questões, a que com gosto respondo, começando por aquelas que foram questões concretas.

O Sr. Deputado Jorge Cabral interrogou-me sobre as "acções destinadas a promover o Parque Industrial de S. Miguel".

A resposta ao Sr. Deputado é no sentido de que já existe uma carteira de pedidos importante, suficiente até para preencher e ocupar o Parque Industrial de S. Miguel.

- Que acções vão ser tomadas no futuro?

- Para já, a decisão sobre esses pedidos e, depois, tornar um pouco mais agressiva a divulgação dos benefícios resultantes da instalação de uma empresa nesse Parque Industrial.

A Srª Deputada Adelaide Teles colocou-me questões sobre "investimentos eólicos na Ilha da Graciosa".

Devo dizer-lhe que está já concluído o estudo de localização, ou seja, foi já escolhido o local para a instalação de 8 aerogeradores. Seguir-se-á, com certeza, a execução do projecto.

O Sr. Deputado António Silveira perguntou-me se o Governo "tencionava ajudar financeiramente as Câmaras que se dispusessem a instalar Parques ou Zonas Industriais".

O Governo entende que, no caso em que isso se justifique, deve incentivar essas Câmaras pela forma que for acordada entre o Governo e a Câmara e de acordo com as necessidades sentidas por essas Câmaras Municipais.

Questões de âmbito mais vasto foram colocadas por outros deputados, quer do PSD, quer da oposição.

Começemos pela Zona Franca de Santa Maria:

- Quais são as prioridades para este projecto importante para o desenvolvimento dos Açores?

- Para já, completar o edifício legislativo relacionado com a Zona Franca.

- E o que é que falta?

- Sucursais financeiras, gestão fiduciária, serviços notariais - os diplomas encontram-se prontos e em fase de projectos e serão presentes ao Governo da República para aprovação e publicação - e uma outra actividade que é importante, que a "promoção da Zona Franca".

Para isso contaremos com apoios de empresas especializadas na promoção de projectos dessa

natureza.

Questão importante também é a que se relaciona com as "privatizações".

Perguntava o Sr. Deputado Carlos Teixeira:

- Que calendário? Por onde começar?

Antes disso gostaria de dizer que, nesta matéria, estamos limitados, quanto à substância, a duas leis aprovadas pela Assembleia da República: uma lei que é aquela que autoriza a transformação das empresas públicas em empresas de capitais mistos, e uma outra lei que autoriza também os agentes públicos a venderem participações por eles detidas.

Não vou aqui dizer quanto se contém nessas leis - sei que os Srs. Deputados as conhecem - mas vou referir que ao Governo Regional, nesta matéria, competirá agora definir a oportunidade das privatizações que entenda dever fazer e que ache conveniente para o funcionamento dessas empresas públicas na Região, conseguindo, com certeza, o objectivo das privatizações que foram feitas em quase todo o mundo, ou seja, conseguir para essas empresas uma gestão mais eficiente e mais moderna.

- Por onde começar?

- Ainda é cedo, Sr. Deputado, para dizer. Mas o Governo tem ideias concretas, precisas.

Fá-lo-emos com vagar, sem precipitações, sem prejuízo para a nossa economia, sem prejuízo para a gestão dessas empresas, porque algumas funcionam em sectores estratégicos!

Respeitaremos de facto, o interesse regional nesta matéria!

Teremos a cautela necessária!

Conseguiremos a eficiência!

Outra questão de ordem geral é a que respeita aos preços.

- Como conseguir melhorias nessa área?

- Que medidas, que acções, qual o pensamento do Governo sobre essa matéria?

Começo por dizer que o panorama que enfrentamos hoje não é mau: uma inflação a 7,1%! Há poucos anos era de 30. Ela veio baixando. Há razões que explicam: há razões endógenas e exógenas. Os Srs. Deputados conhecem-nas também. O assunto tem sido ventilado, discutidíssimo em toda a parte.

- Como prestar atenção à evolução dos preços na nossa Região?

- De diversas maneiras:

1ª - Analisando e revendo a estrutura das tarifas dos transportes marítimos - é essencial;

- Combatendo o comércio clandestino, o comércio aventureiro - para isso com certeza que será necessário definir um estatuto do comerciante;

- Melhorando o custo da intermediação, através da modernização das estruturas comerciais, através de programa de formação profissional, quanto à questão de stocks na nossa Região - temos

também aqui medidas concretas, precisas, factíveis, e vamos prossegui-las!

Há, depois, um conjunto de acções, não de natureza operacional como essas que eu referi, mas de natureza estrutural: são aquelas que respeitam ao diálogo com organizações e associações patronais e associações de defesa de interesses da população.

É importante aqui, não só o diálogo com associações patronais, mas também com a associação de defesa dos interesses do consumidor.

Faremos esse diálogo! Concertaremos os interesses! - essa é uma promessa que fica feita e vai ser executada.

Estas são, de facto, as medidas e acções que o Governo tem nesta área para prestar atenção àquilo que nos Açores, hoje, é ainda uma grande preocupação: transportes e preços!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É com imenso prazer que faço uma pequena intervenção nesta Câmara. Espero, em tempo oportuno, desenvolver alguns pontos que aqui vou deixar.

Em relação ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, devo dizer-lhe que o sistema fiscal próprio da Região Autónoma dos Açores é um objectivo que este Governo não vai deixar cair.

É evidente que isso tem várias implicações de natureza técnica e operacional e mesmo de natureza legislativa que nós não ignoramos, mas posso-lhe dizer, desde já, que existem algumas acções, neste campo específico, que passam inclusivamente por um diálogo muito concreto com o Ministério das Finanças e com a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.

Por conseguinte, nós não vamos abdicar deste princípio.

Em relação ao sistema fiscal próprio, ainda quero acrescentar aqui que ele não é apenas o único instrumento da política orçamental e de estabilização económica! Existem outras áreas no domínio orçamental a que nós iremos fazer apelo, como sejam: uma gestão criteriosa de subsídios, uma gestão no domínio da tributação indirecta, uma gestão criteriosa no domínio das transferências dos gastos em bens e serviços.

Queria finalizar, dizendo que essa área do sistema fiscal será devidamente complementada com uma política monetária, que fará apelo àquilo que for possível e realista na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nas suas respostas o Governo Regional procurou esclarecer devidamente as questões concretas aqui suscitadas.

Não poderiam, evidentemente, esgotar-se os assuntos. Nós estamos a apresentar à Câmara um conteúdo de propostas programáticas para executar em 4 anos e em documentos posteriores havemos de as concretizar e submetê-las, naquilo que seja da competência da Assembleia Regional, ao veredicto parlamentar.

Há, de resto, na execução problemas novos que surgem, dificuldades que explicam que alguns objectivos de agora sejam já objectivos nossos conhecidos.

Nós temos essa experiência! Felizmente, para os Açores, não tem essa experiência a oposição porque, sucessivamente, tem vindo a adiar por mais 4 anos as suas veleidades de ascender ao poder.

Nas questões que dizem respeito à minha área de competência, eu ressalto uma que foi apresentada pelo Sr. Deputado do Partido Social Democrata, Jorge Cabral, relativa ao aumento dos pedidos de emigração e dos processos que estão em curso a partir das Câmaras Municipais.

Quero dizer-lhe que o Governo está a par deste facto, que por ter a noção desta realidade é que se atira para a frente com todo o entusiasmo e desafia toda a Região para acelerar o ritmo do desenvolvimento económico dos Açores.

É esta a resposta positiva, construtiva, para o problema da emigração!

De resto, enquanto eu for Presidente do Governo Regional dos Açores, nós teremos sempre aqui uma política de porta aberta em matéria de emigração e deixaremos para os totalitarismos de vários sinais porem muros à saída dos seus nacionais - qualquer que seja a sua natureza.

Os deputados da oposição contestaram globalmente a orientação do Programa do Governo, de uma maneira mais ou menos subtil, mais ou menos agressiva, não sei se sempre com muita convicção. Reporto-me, designadamente, à tentativa do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para articular a expressão fundada de descrédito que o levou até a engasgar-se. Dá-me a impressão que ele não estava muito convencido quando a pretendeu pronunciar.

E os ataques do Partido Socialista são os do costume. Recordo apenas que se o PSD apresentou o seu programa nos últimos dias da campanha eleitoral, julgo que o PS o conservou como um documento secreto, ou seja, nós apresentámos o nosso Programa em devido tempo - e aliás este Programa foi preparado com intensa participação de muitos cidadãos para além dos militantes do Partido Social Democrata - é, portanto, um documento amplamente conhecido, amplamente divulgado e, agora, vai ser discutido largamente

com as apertações fulcrantes dos Srs. Deputados da oposição.

Nós, de resto, tivemos acesso a esse tal documento que ainda pensava ser secreto e pensava que tinha sido uma fuga ou uma operação de espionagem política e, francamente, havemo-nos divertir até a confrontar algumas das supostas propostas alternativas do Partido Socialista com aquilo que são as sugestões e as linhas de rumo realistas, objectivas, do Partido Social Democrata e do Programa do Governo que o PSD apoia.

O Governo e o partido que o apoia optam como maioria que são. Temos um mandato inequívoco para governar os Açores por mais 4 anos...

Deputado Carlos Mendonça (PS): A ver vamos se se aguentam!

O Orador: ...exprimimo-nos como maioria que somos; o Governo definiu uma linha de actuação sem conflitos.

É por isso que quanto à questão do "salário mínimo regional", questão essa levantada pelo Sr. Deputado Gaspar da Silva, quero esclarecê-lo que trã-lo-emos à Assembleia Regional porque, por um acaso da sorte que nos favoreceu nesse domínio, há poucos dias o Tribunal Constitucional, empatado mas com um voto de qualidade, reconheceu que "é matéria de interesse específico para a Região". Não sabemos o que vai acontecer se, porventura, a questão vier a ser suscitada posteriormente e aparecer outro conjunto de magistrados a apreciar um eventual diploma regional sobre essa matéria. Lembramo-nos que o Parecer da Procuradoria-Geral da República que sobre essa matéria se pronunciou, era no sentido de que, nessa matéria, "não havia interesse específico" e, por isso, devo acrescentar que, na linha de rumo de uma prática de autonomia sem conflitos, aceitando os recortes que quem tem competência para os ditar, com o nosso desacordo profundo, estabeleceu, nós estávamos já a trabalhar, em colaboração com a entidade competente do Governo da República, para que a definição do salário mínimo para a Região fosse incluída num diploma nacional.

Não tornará, sobre essa matéria, a haver qualquer conflito. Agora que o Tribunal Constitucional nos abriu a porta (é capaz de estar ele próprio também a fazer alguma mudança), não prescindiremos de trazer a questão à Assembleia Regional.

De resto, alguns dos Srs. Deputados da oposição parece estarem esquecidos das dificuldades que nós encontramos objectivamente para que sejam respeitadas as nossas prerrogativas de Governo próprio, e mormente a de "competência legislativa da Região", através de uma regra bem seguida em diversas entidades, nomeadamente no Tribunal Constitucional, no sentido de "a nada reconhecer interesse específico" e, portanto, reduzir (julgo

que disse isto uma vez o Sr. Deputado Carlos Mendonça) a Assembleia Regional a uma espécie de Assembleia Municipal.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Aí estamos de acordo!

O Orador: Estamos de acordo, precisamente, e é um dos tais pontos do consenso institucional que nós sempre temos procurado - e continuaremos a procurar.

Nós lemos com humildade democrática os resultados das eleições de 9 de Outubro. Sem prescindirmos da essência do nosso projecto, do seu arrojo, da sua amplitude, do seu dinamismo, introduzimos as mudanças que entendemos que o povo manda.

O PS, pelos vistos, é que não muda, a não ser porque anda para aí com uma arrogância com o rei na barriga como se tivesse ganho as eleições. Mas engana-se!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Quase... quase!

O Orador: E não atire foguetes antes do tempo que não chegámos ainda a 92 e podem-lhe cair as canas em cima!

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não estão previstas no nosso Regimento mais intervenções sobre estas perguntas e respostas, mas a Mesa vai abrir inscrições para o debate que se segue.

Faz favor, Sr. Deputado...

Deputado Martins Goulart (PS): Pretendia protestar perante as afirmações falsas do Sr. Presidente do Governo.

Presidente: Mesmo assim não vejo que tenha possibilidade regimental de lhe dar agora a palavra para um protesto...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Tem cabimento para um protesto!

Presidente: ...mas como vai haver um debate, o Sr. Deputado poderá usar depois da palavra para o que entender.

Deputado Martins Goulart (PS): Eu só desejava protestar perante as afirmações falsas produzidas pelo Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente: Mas efectivamente o nosso Regimento...

Deputado Martins Goulart (PS): Aceito sem reclamação!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Mas pelo menos que se registre no Diário das Sessões!

Deputado Martins Goulart (PS): Que fique registado que me foi recusada a palavra!

Presidente: Pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares que entregassem na Mesa as inscrições dos Srs. Deputados que pretendem intervir no debate desta matéria, a fim de facilitar o trabalho da Mesa.

A Mesa só recebeu até agora a inscrição do Sr. Deputado do Partido Comunista, a quem vou

dar a palavra para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional apresenta-se perante esta Assembleia com o seu Programa para apreciação e debate.

Antes de qualquer comentário ou observação sobre o auto-denominado Programa do Governo, convém recordar que o traço dominante da actual situação política regional consiste na crescente transformação em acção do descontentamento, sentido por milhares de cidadãos destas ilhas.

O PSD/A forma Governo sozinho porque teve, ainda, a maioria absoluta embora de forma tangencial. Sublinhe-se que a diferença que vai da maioria quase esmagadora do antecedente, à maioria absoluta tangencial de hoje, corresponde à transformação de uma confiança muito generalizada numa confiança recheada de reservas, dúvidas legítimas e incredulidade da parte de muitos.

O novo Governo Regional parece, no entanto, desde já ter grandes dificuldades em perceber as diferenças que a situação actual tem. São várias as atitudes que indicam essa incapacidade de avaliação, aparecendo em primeiro plano o modo insuficiente, pouco claro, incompleto e autoritário como o Governo ainda há momentos respondeu aos pedidos de esclarecimento solicitados sobre o Programa. Por outro lado, a lista, tão débil, quanto improvisada, de directores regionais, não sendo poucos os indigitados que deixaram perplexos milhares de cidadãos comuns.

A título de exemplo, repare-se que, aqui nesta cidade da Horta, dos directores regionais nomeados por este Governo, altamente regionalista, nenhum deles é natural desta Região e todos eles aparecem aqui bastante de passagem.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Separatismo?! Essa é boa!

O Orador: Não, Sr. Deputado, não é separatismo, é a análise concreta!

Tenha calma, Sr. Deputado!

A pompa de certas atitudes, como a de transferir a Secretaria da Administração Interna para o Palácio dos Capitães Generais, não corresponde à circunstância de hoje, que reclama, antes de mais e acima de tudo, rectificação de políticas, abandono de autoritarismos e assumpção de uma prática governativa em que a megalomania não tenha lugar, a modéstia é exigível e o rigor teria que ser insubstituível.

Os ventos começaram a mudar mas o timoneiro governa o leme do mesmo modo. Esta atitude, além de errada, é profundamente contrária aos interesses regionais.

A leitura do Programa do IV Governo é, sem qualquer dúvida, um exercício difícil e penoso para o comum dos cidadãos.

É difícil ler um documento político com 143 páginas que contém tão poucos compromissos palpáveis; é difícil ler um documento que abre com uma introdução tão sofismada e contrária à realidade como este; é penoso procurar aprofundar o estudo de um documento tão repetitivo em relação ao anterior e fundamentalmente tão vazio como este é.

Em 1984 o III Governo veio a esta Assembleia procurar criar a imagem tecnocrática, tendo a vida demonstrado que nem isso era verdade: em 1988 o IV Governo vem a esta Assembleia, desde logo, com a imagem do filósofo decadente, do técnico antigo e ultrapassado, do general com pouca força. Este IV Governo apresenta-nos um programa que o não é, e que se fundamenta em princípios que não tem, e em postulados que não segue.

Este Programa do IV Governo faz prenunciar que seguirá as más passadas do III Governo - as passadas da incapacidade, da arbitrariedade, do autoritarismo, da pompa, esquecendo que, quer queira quer não, as circunstâncias mudaram substancialmente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Governo começa por nos dizer que este seu Programa se alicerça "no profundo conhecimento da realidade açoriana, dos seus problemas, prioridades, modos e meios de acção". Não se nega que o Governo (ou parte dele) e o seu partido conheçam a realidade açoriana, o que se nega é que ao longo de tantos anos esse mesmo partido e os seus Governos tenham actuado, servindo-se desse conhecimento, para corrigir assimetrias, eliminar injustiças, melhorar a vivência colectiva de todos nós.

O que se nega é que o PSD e os seus sucessivos Governos tenham desenvolvido "um clima de diálogo" e "entusiasmado os cidadãos para a participação cívica", como é dito no Programa.

Não corresponde à verdade que resulta da nossa história recente que o PSD e os seus Governos tenham dado "especial atenção aos desfavorecidos" e nem sequer é verdadeira a alusão feita, a propósito do diálogo institucional, na interminável colecção introdutória de sofismas.

A Organização Regional dos Açores do PCP não pode aceitar que o Programa do Governo Regional seja elaborado e construído tendo como pilares e alicerces a falsa ideia da tolerância e do diálogo (que o PSD nunca quis cultivar), a falsa ideia da protecção aos desfavorecidos (protecção que o PSD nunca realizou) e uma referência mistificadora ao diálogo institucional com a soberania (diálogo que o PSD sempre torpedeou).

Todos conhecemos uma política e uma prática dos Governos PSD que se tem notabilizado pelo seu conservadorismo económico, passadismo social

e autoritarismo executivo e, como tal, não é aceitável que num texto tão responsável como deveria ser um Programa de Governo se tente esconder tudo isso para se dizer, no final, que o novo Governo vai "Avançar na Esperança". Na esperança de quê?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este IV Governo Regional, constituído pelo Partido que tem sido responsável pelas más políticas realizadas e presidido pela personalidade que tem concebido e orientado essas políticas, apresenta como objectivos fundamentais da sua acção um conjunto de ideias gerais que por si só não definem qualquer orientação clara e esclarecedora.

Sentir orgulho na Região é apanágio dos açorianos, e é exactamente por esse orgulho se estar a afirmar mais fortemente que muitas atitudes do Governo são condenadas.

Reforçar a participação dos cidadãos, é um objectivo que tem sido marcado e defendido pela oposição e combatido pelo poder regional. O PSD quer a participação, aliás mitigada, dos seus apoiantes e tem fomentado a inacção dos seus críticos.

Construir aqui o futuro de todos nós, e fazer com que os açorianos sejam os agentes mobilizadores do desenvolvimento, são consignas que não encontram reflexo no Programa do Governo.

Diz o autor do texto do Programa que a "sociedade existe para o Homem e não o Homem para a sociedade", tendo a ousadia pseudo-filosófica de acrescentar que dizer o contrário é totalitarismo.

O autor de tão pobre afirmação nem reparou que escreveu um pouco mais adiante que o "Homem tem de ser agente e autor do desenvolvimento" isto é, o homem tem que ser o construtor da sociedade de que é parte determinante.

A sociedade é construída por Homens e tem que ter os valores que são próprios do Homem. A sociedade não é um recinto onde se desenvolvam uma elevada soma de disputas individualistas, mas sim a resultante harmoniosa, justa, pacífica e humanista do convívio entre verdadeiros Homens.

A política que o PPD/PSD tem realizado ao longo dos anos, pelo seu conservadorismo, sentido de classe e métodos de acção não é enquadrável num conceito verdadeiramente humanista porque contraria, todos os dias, esses valores.

A pobreza filosófica das fundamentações programáticas é ela própria alarmante porque reveladora da natureza e verdadeiros objectivos de quem nos governa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dar prioridade à educação, valorizar a cultura

açoriana, aumentar a riqueza e o emprego, ordenar o território e proceder às privatizações são as equiparações práticas que o Governo estabelece em relação aos conceitos gerais que apresenta como objectivos fundamentais.

Ao longo da nossa participação neste debate, analisaremos em concreto aspectos construtivos destes pontos, mas consideramos ser imprescindível avançar desde já com as ideias força, que pensamos ser necessário ter presente para que seja possível realizar uma política adequada às realidades regionais.

Assim a consolidação e aprofundamento da Autonomia, a par da democratização do funcionamento do sistema autonómico, constituem objectivos centrais que não podem ser descurados. Sem autonomia não há progresso nos Açores, nem há justiça, mas também sem um exercício plenamente democrático do poder autonómico não é possível consolidar e aprofundar suficientemente a autonomia constitucional.

A realização de uma política regional de desenvolvimento económico, com utilidade social, claramente associada à concretização do princípio do desenvolvimento harmónico e equilibrado de toda a Região, é outra linha de orientação que consideramos essencial.

A utilidade social, que se exige ao processo de desenvolvimento conjugada com o desenvolvimento harmónico, leva à questão de ser obrigatório que as políticas a realizar se dirijam, quer a todas as ilhas, quer à maioria da população da Região.

A realização de uma política, que consagre e garanta a igualdade real de direitos entre os trabalhadores de todo o País, é uma política que imprescindivelmente deveria ser seguida, com a consciência de que, para garantir a igualdade real, é necessário defender em muitos momentos diferenciações aparentes.

Finalmente, a defesa integral da independência entre o Poder Regional e o Poder Local, é uma exigência que tem que ser feita e é um princípio que tem de ser respeitado.

Como todos constatámos, o Programa que estamos a apreciar não privilegia estas orientações e não respeita integralmente muitos dos princípios que enunciámos.

Por todas estas razões este Programa não pode merecer o apoio do Partido Comunista Português. Tal facto não nos impedirá de aprofundar a crítica e de contrapor as nossas propostas, o que faremos em próximas intervenções.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente,

Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Pela primeira vez nesta legislatura sobe um jovem deputado a esta tribuna para uma intervenção.

Ao intervir no Plenário da Assembleia Regional, não pode qualquer deputado do PSD, -militante da JSD, esquecer que a Juventude Social Democrática tem preconizado um papel de destaque na Sociedade Açoriana. Esta habituou-se a ver-nos aplaudir e a propor, mas também a criticar e condenar o que nos possa parecer menos correcto.

Queremos nesta nossa intervenção contribuir para o debate do Programa do Governo, de forma que tudo fique claro, que se explicita o que se quer e o que não se quer, com o que se concorda e do que se discorda, para que no fim do debate sejam transparentes as razões que permitirão ajuizar do sentido de responsabilidade com que, ao votar, assumimos as nossas prerrogativas estatutárias.

É nossa intenção apreciar de forma mais cuidada o que o Governo se propõe no seu Programa para os próximos quatro anos em relação à juventude. Não porque seja simpático falar sobre esta matéria, não porque a JSD é a maior Organização Política de Juventude Açoriana, mas sim porque este Programa deixa transparecer um Governo com capacidade de apostar no espaço de renovação e na capacidade criativa que as novas gerações representam em qualquer Sociedade.

Ao institucionalizar a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, este Governo demonstra que a sua preocupação com a evolução dos problemas dos jovens açorianos é uma realidade, tanto mais que na sua globalidade o trabalho aí desenvolvido é positivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O PSD não é como os restantes partidos, em especial o Partido Socialista...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Felizmente! Isso é um elogio, Sr. Deputado!

Deputado Manuel Serpa (PS): Isso é um elogio para nós!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Que nervosismo é esse?! Tenham calma!

(Risos do PSD)

O Orador: ...que não se cansa em aliciar os jovens com fórmulas miraculosas, desprezando as suas estruturas juvenis, não lhes dando oportunidade de, pela via partidária e legislativa, defenderem os interesses dos jovens. O Governo Social Democrata com este Programa mantém a firme disposição de continuar a resolver os problemas da juventude através de uma participação activa, qualificada e numerosa de jovens, a fim de concretizar uma efectiva e autêntica

política regional de juventude.

Neste contexto, a Assembleia Regional dos Açores assume especial importância, desde logo porque o grupo de deputados da JSD se baterá, sem seguidismo e subserviência, pela abertura da sociedade açoriana aos jovens, combatendo alguns estrangulamentos discriminatórios, sobretudo na transição Escola-Vida Activa.

O Governo, através da Secretaria Regional de Juventude e Recursos Humanos, continuará o esforço de desenvolvimento e modernização dos Açores, protagonizado pelo PSD desde o 1.º Governo Regional.

Para tal é imprescindível prosseguir com uma política global de juventude, que cubra sectores fundamentais, como tempos livres, turismo juvenil, formação profissional, agricultura e pescas, formação de empresas e de jovens empresários, apostar no cooperativismo juvenil e associativismo estudantil, reforçar os mecanismos de apoio ao jovem deficiente, pugnar por um desporto que tenha como condição a promoção do homem, introduzindo apoios para os jovens adquirirem uma habitação digna e com custos suportáveis e, por último, o Governo deverá combater a exploração de mão-de-obra infantil e a delinquência juvenil

(Vozes do PS: Apoiado! Disse bem!)

(Aplausos do PS)

O Orador: Nesta área a JSD recomenda a intervenção empenhada do Governo no apoio às organizações que a nível regional trabalham no campo da recuperação de toxicómanos, bem como na prevenção e esclarecimento, sobretudo das camadas mais jovens.

Atenuar os problemas provocados pela toximania, é contribuir para a redução da delinquência juvenil. Recordo que no início de 1988, o Digníssimo Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. João Bosco Mota Amaral, a quem saúdo e felicito por mais um mandato, efectuou diligências junto do Ministro da Justiça no sentido da extensão ao arquipélago do Instituto de Reinserção Social.

Em nossa opinião, a presença daquela instituição nos centros urbanos de S. Miguel, Terceira e Faial, assume carácter de urgência.

Ao terminar, recomendo que o Governo deverá agir sempre numa base de diálogo permanente, porque este é o caminho mais indicado para uma efectiva prossecução de uma política capaz de dar resposta aos problemas das nossas populações.

Estou convicto que as virtudes deste Programa e a capacidade deste Governo abrirão perspectivas mais risonhas para o nosso futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O momento é de claro e inequívoco apoio a este Programa do Governo.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD ao apresentar-nos o seu Programa para o IV Governo Regional dos Açores considera que "a grande aposta a fazer, para assegurar melhor futuro para o Povo Açoriano, é a educação" (pág. 11). Esta seria de facto uma opção correcta caso o Programa se ficasse por esta página. Mas assim não é. De imediato na página 15 vemos que "o Governo vai esforçar-se de modo especial para melhorar a qualidade de vida nos maiores centros urbanos" para na página 21 declarar que "o ordenamento físico do território constitui um domínio fundamental de intervenção dos poderes públicos". Na lógica de que tudo é prioritário e fundamental lemos na página 28 "A modernização da agricultura é tarefa fundamental". Não vou continuar a citar prioridades, mas, pasmai, Senhores Deputados!, porque a página 34 tudo nos esclarece nas suas duas primeiras linhas: "QUANTO AOS SECTORES SOCIAIS, O GOVERNO RESSALTA COMO PRIORITARIO O DA HABITAÇÃO!"

Sejamos claros! Onde o PSD faz de facto a sua opção em termos educativos para o próximo quadriénio é na seguinte declaração "Em matéria de educação, sem prejuízo da progressiva implantação do ensino pré-primário, os investimentos prioritários serão nas escolas de tipo técnico-profissional e na Universidade dos Açores!"

Só temos a lamentar que o PSD não tenha feito a opção certa em 84/88 como o PS propôs. Se assim tivesse acontecido já hoje teríamos uma rede de educação pré-escolar apta a receber todas as crianças dos 5 anos. Entende o PS que a implementação de uma rede pública de educação pré-escolar a toda a Região permitirá de facto um real combate ao insucesso escolar, o desenvolvimento da linguagem e da socialização da criança, a aprendizagem e o gosto estético com a pintura, a música, a dança, o teatro.

A Lei de Bases do Sistema Educativo diz no seu artigo 19º que "A formação profissional, para além de complementar a preparação para a vida activa iniciada no ensino básico, visa uma integração dinâmica no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos e de competência profissional, por forma a responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica". É este de facto o entendimento que o PSD tem das "escolas de tipo técnico-profissional"? Pretende o Governo Regional dar cumprimento ao ponto 4º do artigo 8º da mesma lei possibilitando que "Em escolas especializadas do ensino básico podem ser reforçadas componentes

de ensino artístico ou de educação física e desportiva, **sem prejuízo da formação básica!** Repara-se que o preceito é claro quando diz **sem prejuízo da formação básica**. Vai o Governo Regional encetar algumas experiências nessa matéria? Em que áreas? Em que escolas? Com que docentes?

"A prática desportiva é encarada como componente importante do processo educativo, por isso as escolas a construir serão dotadas de instalações desportivas abertas à comunidade". Em relação às escolas a construir, tudo bem. E em relação às já construídas como a Preparatória de Santa Cruz das Flores, a Preparatória da Ribeira Grande ou a Secundária Domingos Rebelo?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na página 11 do Programa diz-se: "Assegurada nos Açores a escolaridade gratuita de nove anos, com antecipação sobre as determinações da Lei de Bases do Sistema Educativo, que a tornou obrigatória, é preciso agora avançar na implantação do ensino pré-primário". Todavia na página 84 o Governo entende ser necessário "Assegurar condições de igualdade de acesso à educação nos diversos graus de ensino, fazendo cumprir a escolaridade obrigatória e prosseguindo uma verdadeira política de democratização do ensino".

A segunda citação é de facto a que corresponde à verdade, à realidade açoriana. A primeira é um logro porque nem é gratuita a escolaridade de 9 anos, nem de 6 anos, nem de 4 anos. (Querem fazer-nos crer que não vemos nem ouvimos as famílias lamentarem-se quando chegam os meses de Setembro e Outubro pelas verbas que têm de dispendir na compra de livros e material escolar)!

O que é que entendem, os Senhores Deputados, por "Assegurada a escolaridade de 9 anos?". É que o Governo Regional construiu escolas que permitem a todos os Açorianos o acesso à escolaridade de 9 anos? Se é isso que pensam, passem o apagador, porque nem no Concelho da Madalena do Pico nem no da Povoação em S. Miguel existem escolas da rede pública que o possibilitem! Não vou falar do Corvo! Quando de facto se vai permitir uma **igualdade de acesso?** Acredita o PSD nisso?

Que medidas concretas vai tomar para que um Corvino ou um Mariense tenham condições de igualdade de acesso à Universidade dos Açores com um Ribeiragrãndense?

- Aquando da apresentação do Plano para 1987 o Sr. Secretário Regional das Finanças de então informava que 10% das crianças que terminavam o 4º ano de escolaridade não se matriculava no ensino preparatório;

- O insucesso escolar atinge milhares de crianças nos Açores ao longo dos 6 anos;

- Todos sabemos que a nível de determinadas

localidades da Região o índice de analfabetismo é enorme;

- É público que a fuga e o abandono da Escola é uma chaga do ensino;

- Professores, Pais e Alunos sabem que não existe legislação que obrigue à frequência e muito menos ao rendimento escolar.

Pergunta-se: Sabe por acaso o Governo Regional quantos **milhares** de crianças abandonaram o sistema nos 12 anos de Autonomia sem terem cumprido a escolaridade obrigatória de 6 anos?

Propõe-se o Governo "Combater o magno problema do insucesso escolar, através da conjugação de medidas económicas, sociais e pedagógicas". Até que enfim que assume o insucesso escolar como um magno problema! É de facto o maior problema do ensino na Região Autónoma dos Açores! São milhares de crianças que perdem anos na sua vida para sempre. São centenas de professores que vivem angustiados, preocupados com o fruto do seu trabalho, quase diria que "vivem com um sentimento de culpa permanente" como se dependesse de cada um deles individualmente a resolução deste problema. Como também não tenho dúvidas de que se o Governo Regional não encetar uma campanha pública empenhando tudo e todos - professores, pais, alunos, autarquias, colectividades, a sociedade em geral - não conseguiremos acabar com este flagelo ou pelo menos reduzi-lo a valores europeus.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outra das áreas onde vemos que o Governo Regional reconhece as posições correctas do PS é a do analfabetismo. Já não se fala em irradiar o analfabetismo mas sim em "Continuar o combate ao analfabetismo, que já produziu efeitos positivos na valorização da população activa". É indispensável repensar as medidas que se têm tomado e caminhar por novas soluções. Continua o PS a pensar que, desde a atribuição de compensação monetária à criação de rede de transportes, muito há a fazer e que se não continue a confundir analfabetismo com formação recorrente de adultos. A propósito: Como pensa o Governo Regional resolver o problema dos 104 alunos que frequentam o ensino nocturno no Externato da Povoação, sem qualquer apoio para o seu transporte? São 104 no momento em que se abre a matrícula no ensino nocturno pela primeira vez, no Concelho da Povoação. Vêm desde o Faial da Terra até às Furnas. Como transportá-los para as escolas? Soube que o estabelecimento de ensino se empenhou junto da SREC e da Agricultura e Pescas, mas não obteve resposta. Será que a vai ter agora? As aulas recomeçam a 3 de Janeiro.

O Governo Regional propõe-se "Apostar privilegiadamente no ensino pré-primário e primário". Correcto! Outra área onde o PS teve e tem razão!

É urgente arrancar-se com um programa de construções próprias para este ciclo de ensino, renovar-se os equipamentos, melhorar-se a formação dos docentes, clarificar-se a intervenção da Acção Social Escolar. Não posso deixar de apontar que ao fim de 4 anos o Governo Regional finalmente elaborou um projecto próprio para a Escola Primária das Laranjeiras em Ponta Delgada. O Sr. Presidente do Governo Regional, "em boca", diria que 3 anos depois se faria. E fê-la! Até que enfim! A primeira já foi apontada, como dizia um camarada meu: "E preciso é não desistir! Com o tempo lá iremos"! E fomos. Já se não construirão mais escolas do tipo P3 que tanta "água" meteram, havendo até uma que, para confirmar o ditado "Não há regra, sem excepção" após corte de fita, benção sacerdotal, discurso de circunstância, no dia seguinte encerrava por falta de água! Pobres crianças de S. Roque!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Já está aberta! Abriu logo no dia seguinte!

O Orador: Fala-se em formas de cooperação com as autarquias. O que se pretende fazer nessa matéria? Por exemplo que as grandes reparações e remodelações da rede do primário são da responsabilidade do Governo?

"Melhorar e modernizar a actual rede" será dotar em cooperação com as Câmaras Municipais, as escolas primárias de recintos desportivos, salas polivalentes para trabalhos manuais, desenho, pintura, música, dança, teatro? Será construir as passagens entre os diversos pavilhões nas Escolas Preparatórias, salas de convívio para os alunos, salas para trabalho de grupo de professores?

O Governo Regional no âmbito da formação de professores conseguiu que todos os docentes colocados como efectivos-provisórios efectuassem a sua profissionalização em serviço. Com muitas dificuldades, com algumas situações anómalas, mas, conseguiu! Contudo ainda não conseguiu dar cumprimento ao Decreto-Lei que procedeu à transferência de competências para a Região, em 1979, elaborando o Plano Global de Formação de Professores. Fazemos votos que seja no presente quadriénio. Em termos de formação contínua, o que se tem feito no primário não agrada aos docentes. Porque não se aproveita a 1ª quinzena de Setembro? No Preparatório e no Secundário a maior lacuna está nos professores provisórios. Proceda-se à colocação dos professores mais cedo nas escolas e dê-se formação a quem a não tem. Recordamos que mais de um terço destes professores não tem habilitação própria. Qual vai ser a acção do CIFOP nesta área? Está ser programada actividade conjunta com a DROP? Um dos grandes problemas do ensino técnico-profissional na Região tem sido o recrutamento dos docentes. Como pensa o Governo fazê-lo? Como conseguirá

pagar convenientemente a Técnicos Superiores de Empresas Públicas ou Privadas? A Escola Secundária Domingos Rebelo não tem mais alunos na área de informática porque não tem docentes. Como se vai ultrapassar esta questão?

E já que falamos em vencimentos, vai ou não o Governo Regional no presente quadriénio possibilitar aos Funcionários Públicos o pagamento de um acréscimo salarial que permita fazer face ao diferencial da inflação e custo de vida entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na página 86 propõe-se o Governo "Reforçar o apoio de natureza sócio-educativa". Como? Baixando os montantes nos escalões dos rendimentos "per capita" dos agregados familiares? Como praticará uma "igualdade de acesso" aos benefícios se, por exemplo, aos agricultores e lavradores não existem nenhuma forma de comprovar os seus rendimentos? Este parágrafo do Programa é mais uma prova de que a escolaridade não é gratuita nos Açores.

O Governo admite "Apoiar a Educação Especial através da formação de docentes e criação de estruturas físicas necessárias". Os docentes formam-se no Continente. A bolsa que a Região Autónoma dos Açores dá é desde há muito inferior à da Madeira. Porquê? Será que o professor açoriano come, bebe, dorme, viaja, compra mais barato que o professor madeirense? Não é por acaso que ficaram por preencher vagas na Escola Superior de Educação de Lisboa e na do Porto do contingente dos Açores.

O Centro de Educação Especial dos Açores finalmente passou para a Secretaria Regional de Educação e Cultura! 20 anos nos Assuntos Sociais, 20 anos em Regime de Instalação! Esperemos que não sejam necessários mais 20 para que o Regime de Instalação acabe! Qual a coordenação que está a ser efectuada entre as actividades do Centro de Educação Especial dos Açores e a Direcção Regional de Orientação Pedagógica? Apoiar as crianças como? Pagando-lhes os transportes? E aos familiares que os têm de acompanhar? Apoiar os docentes? Como? Atribuindo-lhes os meios de transporte? Um caso gritante nesta área é a Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores na Nordela. Há que anos vêm solicitando à ex-SRAS e SREC o apoio necessário para a construção de um edifício de raiz! Acaso já não foi visitada por vários membros do actual Executivo embora com responsabilidades noutros departamentos? Apoiar a "Nordela" é dar-lhe um edifício novo, satisfazendo em condições e estruturas as crianças e jovens que a frequentam diariamente.

Por último e ainda no âmbito do ensino não superior o Governo pretende "Alterar os planos

curriculares, criando novas disciplinas ou introduzindo e aprofundando as actuais matérias sobre História, Geografia e Culturas Açorianas. Esta é uma matéria que o PS sempre viu com bons olhos só que nunca o defendemos da forma que nos parece estar implícita no presente Programa. Alterar os programas curriculares de que níveis de ensino? Criando novas disciplinas em que ciclos? Retirando alguma ou algumas das actuais ou colocando-as como disciplinas de opção? Como pensa fazê-lo? Criando grupos que se encarregarão da elaboração dos programas e dos livros escolares? Apoiando a edição desses livros? Começando com uma ou duas experiências nas áreas de História e Geografia, por exemplo?

Sobre o Ensino Superior uma das afirmações do Programa é que "A Universidade dos Açores, com recursos humanos, físicos e financeiros escassos não pode atingir os objectivos para que foi criada". Pergunta-se porque só agora é que se reconhece que não foram dados à Universidade dos Açores os meios para que ela cumprisse cabalmente as suas funções? Acaso o PS não propôs no Orçamento do presente ano uma alteração nas verbas a atribuir à Universidade dos Açores para que se conseguisse atingir as metas propostas? O que nos responderam neste Parlamento? Recordam-se alguns dos Senhores Deputados? Não seria por falta de verbas que a Universidade dos Açores não funcionaria.

Esta não foi a realidade. É o ex-Secretário Regional da Educação e Cultura que vem à Comunicação Social dizer que o CIFOP estava pronto a arrancar só faltava saber quem iria custear as despesas - e a carta havia sido enviada pelo Sr. Presidente do Governo Regional ao Sr. Primeiro Ministro. Francamente! Tanto não! Porque razão no capítulo dedicado ao Ensino Superior, nas páginas 87, 88 e 89, nunca se fala no CIFOP? Será que é para se não entrar em contradição com o que é dito na página 12 onde se afirma que "Este será um instrumento indispensável para a preparação científica e pedagógica dos professores nas áreas do pré-primário, primário e preparatório? O CIFOP vai fazer formação inicial aos docentes do Ensino Preparatório? O CIFOP já não está a fazer a profissionalização em serviço e o estágio integrado dos professores do Preparatório?

Afinal quem é que vai fazer a formação inicial destes docentes: o CIFOP ou a Universidade?

Que meios é que o Governo vai atribuir à Universidade dos Açores "que possibilitem a abertura de novos cursos que se venham a julgar oportunos"? Que recursos vão ser colocados à sua disposição para permitir "a prossecução no exterior da formação do seu corpo docente e a fixação do mesmo na Região"? Verbas? Habitação? Subsídios de Fixação? Bonificações do tempo de serviço? Regalias sociais?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não foi sem alguma admiração que vimos o Governo também na área da Cultura modificar a sua posição.

De facto é necessário alterar o modo de agir em alguns dos campos desta área e já se não mencionam apenas as 102 Bandas mas já se indicam os Grupos Folclóricos, o Teatro, o manter em funcionamento as casas de espectáculos da Região, melhorando a qualidade da respectiva programação. É necessário, é urgente em alguns casos, que o Governo intervenha, colaborando na manutenção de alguns desses belos edifícios. Julgamos importante que se dê um novo sopro às Casas de Cultura. Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

Ao abrigo das disposições preconizadas pela alínea j) do nº 1 do artigo 32º e pelo nº 1 do artigo 45º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, estamos no órgão máximo da nossa Autonomia democrática a apreciar o Programa do IV Governo dos Açores, para o quadriénio 1988-1992.

O documento agora em discussão foi ratificado pelo eleitorado em 9 de Outubro do corrente ano, em eleições livres e democráticas. Uma vez mais, o povo dos Açores votou maioritariamente no partido humanista que dignifica a pessoa humana; que desenvolveu os Açores através da social democracia; que arrancou estas ilhas a séculos de subdesenvolvimento; que cimentou sentimentos de dignidade e de liberdade.

As linhas de orientação deste Programa vão ser as traves mestras por onde passarão todos os exercícios de gestão da Autonomia democrática. São elas que vão permitir a prossecução do progresso que visa atingir metas de qualidade de vida para o nosso povo, traduzidas na justa distribuição e sequente aproveitamento dos nossos recursos; na criação de mecanismos que possam permitir a nossa defesa perante a Comunidade Económica Europeia, visando atenuar o impacto que o "Acto Único Europeu" irá causar entre nós, já em 1992, data limite para a execução deste Programa de Governo.

Temos quatro anos. Poderá parecer pouco tempo. É-o de certeza. Mas a vontade e a determinação dos homens e das mulheres que habitam estes nove bocados de terra, emergindo a meio do Atlântico Norte; os órgãos de Governo próprio da Região; os sectores económicos e os parceiros sociais, irmanados por um atraente e desafiador

objectivo comum, certamente irão vencer mais este passo importante da nossa História.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

Numa recente reunião dos Ministros da Cultura dos países do Conselho da Europa, a problemática dos meios de comunicação social foi um dos temas mais em foco.

Carlo Ripa di Meana, responsável pela Cultura na Comissão Europeia, não hesitou em afirmar nessa reunião, que a "televisão sem fronteiras existirá na Europa com ou sem regras". Vários satélites de televisão directa estarão em órbita antes do final de 1989 e, nessa data, a internacionalização dos programas será um facto adquirido.

Nos Açores será possível, já em 1990, com a simples pressão num botão, ter acesso a dezenas de canais de televisão de praticamente toda a Europa. E, com os custos desse acesso gradualmente a diminuir, não será de admirar que individualmente ou em grupo, a maioria da população dos Açores possa calmamente assistir a programas musicais, desportivos, de simples recreação ou de qualquer outra temática sem se encontrar limitado pelo único canal de que hoje dispõe.

É por isso que mecanismos jurídicos começam a ser estudados por forma a que todas as emissões produzidas num país da Comunidade devem poder ser recebidas livremente em todos os outros países da mesma Comunidade.

E quem fala em televisão pode, legitimamente, associar a rádio e a imprensa no mesmo processo de desenvolvimento e de extensão cultural, que deixa de ter fronteiras.

O Programa do Governo em discussão neste Parlamento, dedica um capítulo à Comunicação Social que temos. Aí considera-se que "a sociedade democrática tem como pilar básico essencial, a liberdade de expressão do pensamento", e que "a Comunicação Social é veículo de transmissão de ideias, de mensagens políticas, económicas, sociais e culturais e factor relevante de intervenção na alteração da mentalidade e costumes colectivos". E, mais adiante, preconiza-se que cabe ao Estado "sustentar esse ambiente de liberdade", para concluir que "numa Região com limitações resultantes da sua dimensão e descontinuidade geográficas, torna-se necessária uma ajuda eficiente e objectiva aos órgãos de comunicação social, por forma a cumprirem a missão que lhes é própria".

O apoio à modernização dos parques gráficos da comunicação social escrita; a formação de profissionais do e para o sector; a promoção de cursos de jornalismo a ministrar a alunos oriundos das escolas secundárias; a concessão de bolsas de estudo para estágios em órgãos de comunicação social de reconhecido prestígio;

a reciclagem de profissionais de outras áreas ligadas à comunicação social e a dinamização das acções de apoio às Comunidades Açorianas, de modo a aprofundar o conhecimento recíproco dos Açores e das suas comunidades não residentes, são medidas genericamente anunciadas para implementação no sector e às quais damos, desde já, o nosso apoio.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, há que ir ainda mais além.

De nada servirá dar formação profissional moderna e tecnologicamente eficaz aos alunos oriundos das escolas secundárias, se, em contrapartida, lhes vamos pôr à disposição processos de trabalho obsoletos, quer nas tarefas de composição e de impressão, quer no esforço diário de garantir e escrever a notícia antes de enviá-la para as fases de distribuição, tornando-a acessível ao grande público.

Pensamos já ser tempo de encarar a formação de jornalistas na nossa Universidade com o mesmo à vontade e com a mesma clareza com que enfrentamos, por exemplo, a gestão de empresas, a contabilidade ou atraentes cursos de línguas, de História ou de Filosofia.

Não é só dizer-se com jeito para escrever que se faz um jornalista.

Apesar de o jornalismo escrito ou audiovisual ser uma profissão aberta, ela exige, mais do que qualquer outra, conhecimentos técnicos e práticos. A rapidez da dinâmica das nossas tecnologias, no caso concreto da Comunicação Social, exige o domínio de técnicas especializadas.

Dos jornais, da rádio e da televisão, cada vez se exige mais e melhor e nenhum destes meios se compadece com profissionais recém-saídos das escolas secundárias onde as aulas de jornalismo funcionam mais como crítica aos efeitos dos "mass-media" que actuam entre nós, sem que lhes ensinem, no campo teórico, por exemplo, a história e a evolução da Imprensa, a psico-sociologia da comunicação social; legislação e deontologia da informação, organização e funcionamento de uma redacção, a recolha de informação, a introdução à escrita jornalística, os géneros jornalísticos, a feitura de títulos, o processamento do texto em redacções informatizadas, o fotojornalismo, o jornalismo audiovisual etc., etc., etc..

Se nos sectores económicos, com o apoio do Governo Regional, os Açores se preparam afanosamente para 1992, a problemática da comunicação social deve, igualmente, merecer os mesmos cuidados, devendo ser encarada sem complexos, apenas com o único objectivo de preparar os seus profissionais para os desafios que já nos começaram a entrar portas adentro.

Numa Europa de Regiões, a importância do sector acentua-se ainda mais, uma vez que ele

é também factor de desenvolvimento cultural sem o que nenhum plano pode ter sucesso.

Não é a Comunicação Social, afinal, um "veículo proeminente de transmissão de ideias, de mensagens políticas, económicas, sociais e culturais e factos relevantes de intervenção na alteração da mentalidade e costumes colectivos?

Vamos prepará-la para que possa cumprir esses objectivos com rigor, para que a mensagem chegue aos destinatários com ética, com profissionalismo, com eficácia.

São esses os nossos votos.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, aproximamo-nos da nossa hora regimental.

Assim sendo, proponho que interrompamos os nossos trabalhos porque realmente já não há tempo para mais intervenções.

Recomeçaremos amanhã às 10.00 horas com a continuação dos debates sobre o Programa do Governo.

Muito boa noite e até amanhã!

(Eram 20,00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - José da Terra; PS - Victor Ramos, Duarte Pires, José Martins Lopes).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

Senhor Presidente

da Assembleia Regional dos Açores

Excelência

Nos termos do nº 2 do artigo 5º do Decreto Legislativo Regional nº 13/88/A, de 6 de Abril, solicito a Vossa Excelência a suspensão por 20 dias do meu mandato de Deputado, por motivo de doença, a partir do dia 12 de Dezembro de 1988 inclusivé.

Com os melhores cumprimentos.

O Deputado Regional, Fernando Manuel de Faria Ribeiro.

Senhor Presidente

da Assembleia Regional dos Açores

Em virtude do pedido de suspensão do mandato do Sr. Deputado Fernando Manuel de Faria Ribeiro, e nos termos do nº 2 do artigo 9º do Decreto Legislativo Regional nº 13/88/A, de 6 de Abril - Estatuto dos Deputados, comunico a Vossa Excelência que o candidato não eleito pelo círculo eleitoral do Faial JOSÉ DA TERRA CARLOS, é o substituto legal do candidato não eleito pelo

mesmo círculo JOSE PACHECO DE ALMEIDA, que se encontra na situação de incompatibilidade para o exercício do cargo nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 6/86/A, de 20 de Janeiro.

Nestes termos solicito a Vossa Excelência se digne mandar proceder às necessárias verificações de poderes para que a substituição se possa verificar de imediato.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD,
José Adriano Borges de Carvalho.

Exmº Senhor
Presidente da Assembleia Regional dos Açores

Para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 4º do Decreto Legislativo Regional nº 13/88/A de 6 de Abril, comunico a V. Exª que, a partir do próximo dia 1 de Dezembro, retomarei o exercício do meu mandato na Assembleia da República.

Horta, 18 de Novembro de 1988.

Com os melhores cumprimentos.

O Deputado Regional do PS, Carlos M. M. do Vale César.

Exmº Senhor
Presidente da Assembleia Regional dos Açores

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, solicito a V. Exª a suspensão do meu mandato por um período de noventa dias, contando a partir da data da verificação dos meus poderes.

Comunico a V. Exª que tal pedido é feito por motivos que se prendem com o exercício inadiável das minhas actividades profissionais.

Ponta Delgada, 5 de Dezembro de 1988.

Com os melhores cumprimentos.

A Deputada Regional do PS, Luísa Maria Oliveira da Cunha Noronha.

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Regional dos Açores

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, solicito a V. Exª a suspensão do meu mandato por um período de noventa dias e contado a partir da data da verificação dos meus poderes.

Comunico a V. Exª que tal pedido é feito por motivos que se prendem com o exercício inadiável das minhas actividades profissionais.

Ponta Delgada, 5 de Dezembro de 1988.

Com os melhores cumprimentos.

O Deputado Regional do PS, Luís Manuel de Mendonça Arruda.

Exmº Senhor
Presidente da Assembleia Regional dos Açores

Em virtude dos pedidos de suspensão dos Srs.

Deputados CARLOS MANUEL MARTINS DO VALE CESAR, LUISA MARIA OLIVEIRA DA CUNHA NORONHA e LUIS MANUEL DE M. ARRUDA, comunico a V. Exª, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis na matéria, que os mesmos serão substituídos pelo candidato não eleito da lista do Partido Socialista pelo círculo de S. Miguel, VICTOR MANUEL FRAZÃO RAMOS.

Com respeitosos cumprimentos.

Horta, 7 de Dezembro de 1988.

Pel'A Direcção do Grupo Parlamentar, Carlos Mendonça.

Ao Presidente
da Assembleia Regional

Excelência

Tendo iniciado o meu mandato de deputado na Assembleia da República, comunico a V. Exª a minha disponibilidade e penho para contribuir, naquele âmbito, para a maior compatibilização da produção legislativa do parlamento nacional com as prerrogativas regionais, nomeadamente da Assembleia Regional.

Cordiais saudações e a maior consideração.

Carlos V. César.

Relatório e Parecer da Comissão Permanente de Organização e Legislação sobre a verificação de poderes do Sr. José Pacheco de Almeida, do Sr. José da Terra Carlos do Partido Social Democrata e da Srª Luísa Maria de Oliveira da Cunha Noronha, do Sr. Luís Manuel de Mendonça Arruda e do Sr. Victor Manuel Frazão Ramos do Partido Socialista.

A Comissão de Organização e Legislação reunida na sede da Assembleia Regional dos Açores no dia 12 de Dezembro de 1988 para dar parecer sobre a verificação de poderes dos Srs. José Pacheco de Almeida e José da Terra Carlos do Partido Social Democrata e da Srª Luísa Maria de Oliveira da Cunha Noronha, e dos Srs. Luís Manuel de Mendonça e Victor Manuel Frazão Ramos do Partido Socialista, emite por unanimidade nos termos da alínea a) do artigo 27º do Regimento da Assembleia o seguinte parecer:

O Sr. José Pacheco de Almeida é o primeiro candidato não eleito da lista do Partido Social Democrata concorrente às últimas eleições para a Assembleia Regional no círculo eleitoral da Ilha do Faial, que pelo facto de ser gestor público suspende o mandato, seguindo-se na lista o Sr. José da Terra Carlos, segundo a ordem de precedência na respectiva lista.

A Srª Luísa Maria de Oliveira da Cunha Noronha é o primeiro candidato não eleito do Partido Socialista da lista concorrente às últimas elei-

ções para a Assembleia Regional pelo círculo eleitoral da Ilha de S. Miguel, segundo a ordem de precedência na respectiva lista. Pelo facto de ter sido pedida a suspensão temporária do mandato segue-se na lista o candidato Luís Manuel de Mendonça Arruda que por sua vez também pediu a suspensão do seu mandato, seguindo-se Victor Manuel Frazão Ramos, seguindo a ordem de precedência na respectiva lista.

Examinados caso a caso a elegibilidade dos candidatos não eleitos agora chamados a substituir os deputados que pediram suspensão dos seus mandatos e de acordo com as listas definitivas admitidas pelos tribunais competentes, e examinada a acta do apuramento geral, a Comissão é do parecer que a Assembleia deverá verificar os poderes dos seguintes deputados:

**Pelo círculo eleitoral da Horta
Do Partido Social Democrata**

- José Pacheco de Almeida
- José da Terra Carlos

**Pelo círculo eleitoral de S. Miguel
Do Partido Socialista**

- Luísa Maria de Oliveira da Cunha Noronha
- Luís Manuel de Mendonça Arruda
- Victor Manuel Frazão Ramos.

Horta, 12 de Dezembro de 1988.

O Relator, Albano Pimentel.

Aprovado por unanimidade.

O Presidente, António Oliveira Henriques.

A Redactora de 1ª classe, Idília Maria da Costa Macêdo Cardoso.